

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2017

MARÇO/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2017

Relatório de Gestão do Exercício 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, das DN TCU n.º 154 e n.º 156 de 2016, da portaria TCU n.º 161/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

MARÇO/2018

1.1 Lista de siglas e abreviações

ACT	Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento
ACV	Análise de ciclo de vida
AGU	Advocacia Geral da União
APD	Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento
APLs	Arranjos Produtivos Locais
APME	Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas
BSC	Balanced Scorecard
C&T	Ciência e Tecnologia
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CATE	Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas
CCONT	Coordenação das Atividades de Contabilidade
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CISSP	Comissão Interna de Saúde do Servidor Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADM	Coordenação de Administração
COAMI	Coordenação de Análises Minerais
COCF	Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira
COPGI	Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação
COPM	Coordenação de Processos Minerais
COPMA	Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais
COPTM	Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais
COROM	Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas
COPGI	Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CRA	Coefficiente de Rendimento Acumulado
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTC	Conselho Técnico-Científico
CTIC	Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação
DF	Distrito Federal
DIR	Diretoria
DIRETEC	Diretoria Técnico-Científica
DIREX	Diretoria Executiva
DM	Despesa com manutenção
DM	∑ das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefone e pessoal administrativo terceirizado
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPO/MCTIC	Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações

Sociais

DTM	Secretaria da Fazenda
E-GOV	Portal do Governo Eletrônico
E-MAG	Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
E-PING	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
ESAF	Escola de Administração Fazendária
E-SIC	Serviço eletrônico de Informação ao Cidadão
FACC	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais
GDACT	Sistema de avaliação para Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
GEINC	Gerência de Informações Fiscais e de Custos
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GLPI	Software Gestão Livre de Parque de Informática
GPE	Grupo de Trabalho
IADS	Índice de Atendimento Direto à Sociedade
ICRC	Indicador de Captação de Recursos CETEM.
ICT	Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento
ICTs	Institutos de Ciência e Tecnologia
IDICC	Impacto Dispensa/ Inexigibilidade na contratação
IDTIS	Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social
IEO	Índice de Execução Orçamentária (Empenho)
IFATT	Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia
IGPUB	Índice Geral de Publicações
ILR	Índice de Licitações Realizadas
IMG	Índice de Maturidade de Gestão
IN	Instrução Normativa
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
INFOMIMET	Informação para o Setor Mineiro-Metalúrgico
IPIn	Índice de Propriedade Intelectual
IPRS	Indicador de Projetos de Relevância Social
IPUB	Índice de Publicações
ITD	Indicador de Tecnologias Desenvolvidas
LAPEGE	Laboratório de Pesquisas Gemológicas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
MF	Ministério da Fazenda
MINERALDATA	Consulta de banco de dados de recursos minerais
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério Público
MPCUST	Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAG	Núcleo de Apoio à Gestão

NAPME	Nº de micro, pequena e média empresas atendidas no ano
NBR	Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
NCS	Núcleo de Comunicação Social
NDI	Núcleo de Documentação Informação
NERJ/MS	Núcleo do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro
NGPB	Nº de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados + Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional + Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional + (Nº de capítulo de livros no ano, incluindo o nº de publicações em série.
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NMEA	N.º de Micro, Pequena e Média Empresas Atendidas no ano
NP	N.º de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior + N.º de patentes concedidas no país e no exterior
NPPACI	Nº de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal
NPPACN	N.º de Programas, projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais
NPSCI	Nº de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano
NPT	Σ do pessoal terceirizado
NPTD	Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano
NRES	Núcleo Regional do Espírito Santo
NTB	Σ dos bolsistas
NTS	N.º total de servidores em todas as carreiras
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as fontes 100/150
OCCe	Limite de Empenho Autorizado
OCS Inventory-	
NG	Open Computer and Software Inventory Next Generator
PCPR	Prestação de Contas da Presidenta da República
PcTD	Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDU	Plano Diretor da Unidade
PE	Planejamento Estratégico
PES	Programa de Estágio Supervisionado
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PG	Σ da pontuação dos itens dos critérios de excelência dispostos no IAGP gera a Pontuação Global do Exercício Corrente.
PHL	Sistema de informação de gestão de acervo de coleções e serviços de biblioteca
PMG	Plano de Melhoria de Gestão
PNM	Plano Nacional de Mineração
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PPACI	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
PPACN	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

PPD	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento
PRB	Participação Relativa dos Bolsistas
PRPT	Participação Relativa de Pessoal Terceirizado
PSA	Percentual de solicitações atendidas
PSTE	Prestação de Serviço Tecnológico e Especializado
RG	Relatório de Gestão
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RMA	Relatório de Movimentação de Bens em Estoque
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RPT	Receita Própria Total
RRE	Recurso de Reforço Estratégico
RRP	Relação entre Receita Própria e OCC
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCA	Sistema de gestão de Laboratório de Análises Minerais
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCUP	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
SECAT	Seção de Tecnologia da Informação
SECATI	Setor de Caracterização Tecnológica
SECIS	Secretaria Cidade Sustentável
SECOF	Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças
SEDPI	Serviço de Desenvolvimento de Processos Industriais
SEDPM	Serviço de Desenvolvimento de Novos Produtos Minerais
SEDTM	Serviço de Desenvolvimento de Tecnologias Minerais
SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEGEP	Secretaria de Gestão Pública
SEGRH	Serviço de Gestão de Recursos Humanos
SEMPI	Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura
SENES	Serviço do Núcleo Regional do Espírito Santo
SEOFI	Serviço de Orçamento e Finanças
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETEL	Serviço de Tecnologias Limpas
SEXEC/MCTIC	Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações
SGM	Secretaria Geral de Missões
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGTEC	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SISFAT	Sistema de Faturamento
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRH	Sistema de Recursos Humanos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCON	Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCG	Termo de Compromisso de Gestão
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TMRSIC	Tempo médio de respostas ao cidadão
TNSE	Técnicos de Nível Superior
UF	Unidade Federativa
UG	Unidade Gestora
UP	Unidades de Pesquisa
UPC	Unidade de Pesquisa Científica
VERBETES	Sistema de banco de dados de Recursos Minerais e Territórios
VTL	Valor total Licitado
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
BIO-RIO	Pólo de Biotecnologia do Rio de Janeiro
ICRE	Índice de Captação de Recursos por Editais
VOE	Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados
UJ	Unidade Jurídica
INTRANET	Portal interno de divulgação de informações e documentos internos
SITE	Portal de acesso para divulgação de informações do centro para a sociedade
ICP-Edu	Certificado de segurança
DNPM	Departamento nacional da Produção Mineral
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
NDI	Núcleo de Documentação e Informação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

OBS.: Descrição: das principais siglas e abreviações utilizadas no relatório de gestão, para facilitar a leitura pelos usuários das informações.

1.2 Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Índice dos quadros, gráficos, figuras, etc utilizados no corpo do relatório e nos anexos, com indicação da localização, para facilitar o acesso direto do leitor.

Figuras

- Figura 3.1 O CETEM
Figura 3.2 O NRES

- Figura 3.3 Vista da escadaria de acesso ao CETEM – lago principal e Auditório Prof Roberto Villas-Bôas
- Figura 3.4 Stakeholders do CETEM
- Figura 3.5 Organograma do CETEM
- Figura 4.1 Planejamento Estratégico do CETEM
- Figura 4.2 Mapa Estratégico
- Figura 7.1 Fluxo no SIC/e-SIC

Tabelas

- Tabela 3.1 Principais competências e Contribuição para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTIC nº 5.114/2016
- Tabela 3.2 Macroprocessos finalísticos do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
- Tabela 4.1 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS
- Tabela 4.2 Limite de empenho referente às Fontes 100 e 150 – 2017
- Tabela 4.3 Origem dos recursos Extra Orçamentários
- Tabela 4.4 Provisão de Custeio Recebida em 2017
- Tabela 4.5 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Tabela 4.6 Despesas por modalidade de licitação
- Tabela 4.7 Despesas por grupo e elementos de despesa
- Tabela 4.8 Apresentação e análise de indicadores de desempenho (TCG)
- Tabela 4.9 Resultados Obtidos
- Tabela 5.1 Planejamento Estratégico 2017-2021: Ameaças ao CETEM
- Tabela 6.1 Força de Trabalho da UPC
- Tabela 6.2 Tipologia dos cargos: Distribuição da Lotação Efetiva
- Tabela 6.3 Tipologia dos cargos: Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC
- Tabela 6.4 Demonstrativo de despesas com pessoal
- Tabela 6.5 Contratos de terceirização de mão de obra
- Tabela 6.6 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
- Tabela 6.7 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
- Tabela 6.8 Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União.
- Tabela 6.9 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.
- Tabela 9.1 Pagamentos efetuados com recursos da União
- Tabela 9.2 Despesas com publicidade

Gráficos

- Gráfico 7.1 Indicador social PSA - Percentual de solicitações atendidas
- Gráfico 7.2 Indicador social TMR-Tempo médio de respostas ao cidadão
- Gráfico 7.3 Indicador Social IADS- Nº de atendimentos a pessoas físicas efetuados no ano comparativo de atendimentos – 2013 a 2017
- Gráfico 7.4 Totais de atendimento por UF com base no somatório de 2013 a 2017
- Gráfico 7.5 Indicador social IADS - Nº de atendimentos a pessoas físicas efetuados no ano. Comparativo de atendimentos – 2015 a 2017
- Gráfico 7.6 Totais de atendimentos por UF com base no ano de 2017

1.3 Lista de anexos e apêndices

Índice dos documentos e informações alocadas como anexo ou apêndice ao relatório de gestão, quando houver.

- Anexo – pág. 1 – Balanço Financeiro
- Anexo – pág. 2 a 4 – Balanço Orçamentário
- Anexo – pág. 5 e 6 – Balanço Patrimonial
- Anexo – pág. 7 a 9 – Demonstrações dos fluxos de caixa
- Anexo – pág. 10 a 12 – Demonstrações das variações patrimoniais
- Anexo – pág. 13 – Consulta por imóvel UG – Sistema SPIUnet

1.4 Sumário

CAPA	i
1. Folha de rosto	ii
1.1 Lista de siglas e abreviações	iii
1.2 Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	vii
1.3 Lista de anexos e apêndices	viii
1.4 Sumário	ix
2. APRESENTAÇÃO	1
3. VISÃO GERAL	2
3.1 Finalidade e competências	3
3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	6
3.3 Ambiente de atuação	6
3.4 Organograma	8
3.5 Macro Processos finalísticos	12
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	16
4.1 <i>Planejamento Organizacional</i>	16
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	16
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	17
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos (ações do governo)	18
4.2 <i>Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos</i>	18
4.3 <i>Desempenho Orçamentário</i>	19
4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	19
4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	20
4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	22
4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	22
4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	23
4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	24
4.3.6 Informações sobre a execução de despesas	24
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	38
5.1 Descrição das estruturas de governança	38
5.2 Atividades de correição e apuração de atos ilícitos administrativos	38
5.3 Gestão de riscos e controles internos	39
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	41
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	41
6.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal	44
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	44
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários	45
6.2 <i>Gestão do patrimônio e infraestrutura</i>	49
6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	49
6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros	50

6.3 <i>Gestão da tecnologia da informação</i>	50
6.3.1 Principais sistemas de informação	56
7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	60
7.1 Canais de acesso ao cidadão	60
7.2 Carta ao cidadão	63
7.3 Aferição ao grau de satisfação aos cidadãos-usuários	64
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	65
7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	65
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	66
8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	66
8.2 Sistemática de apuração de custos da unidade	66
8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	67
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	68
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	68
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	68
9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	70
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art 5º da Lei 8.666/1993	70
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	74
9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	74
10. ANEXOS E APÊNDICES	
Anexo 1 – Balanço Financeiro	
Anexo 2 – Balanço Orçamentário	
Anexo 3 – Balanço Patrimonial	
Anexo 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa	
Anexo 5 – Demonstrações das variações patrimoniais	
11. ROL DE RESPONSÁVEIS	
12. RELATÓRIO CGU-PAD	
13. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	
13.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	
13.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	
13.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8730 de 1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	
13.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	
13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	
13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI	
14. PLANILHA DE MONITORAMENTO - Sistema de Acompanhamento de Recomendações - Monitor CGU	

Apresentação

O Centro de Tecnologia Mineral, ao apresentar o Relatório de Gestão do exercício 2017, cumpre seu compromisso de apresentar à sociedade e aos órgãos de controle, indicativos de sua atuação, no que se refere a sua missão institucional, que é *desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis, e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral*.

A sistematização deste documento representa um intenso processo de levantamento, análise, seleção e registro das principais atividades realizadas no exercício de 2017, retratando as conquistas e desafios do CETEM.

A elaboração do relatório de gestão foi efetuado por um grupo de trabalho que contou com a participação e o apoio de representantes do Centro, envolvendo todas as áreas da estrutura organizacional. Nele, é possível identificar os inúmeros aspectos, quantitativos e qualitativos, resultantes do desenvolvimento das atividades dos seus macroprocessos.

A estruturação do documento obedeceu às orientações e atos normativos exarados pelos órgãos Auditores, compreendendo: Decisões Normativas TCU n.º 154 e n.º 156 de 2016, Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, alterada pela IN n.º 72/2013 e Portaria TCU n.º 161/2017.

Visão Geral

O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) é um órgão da administração direta do Poder Executivo Federal e foi concebido, estrategicamente, pelo governo federal, na gestão do então Ministro de Minas e Energia (MME), Professor Dias Leite, no início dos anos 1970, para subsidiar a implementação de uma política da época, que visava substituir as importações de bens minerais e prover com soluções tecnológicas o setor minerometalúrgico do País.

Iniciou suas atividades em 1978, no Rio de Janeiro, subordinado ao Ministério das Minas e Energia (MME), no âmbito do convênio operacional assinado entre a Companhia de Recursos Minerais (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Anos mais tarde foi inserido no sistema de gestão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ou seja, foi através da Lei nº 7.677, de 21 de outubro de 1988, que o CETEM foi criado, na forma de Instituto associado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/MCT.

Já em 26 de agosto de 2014 foi inaugurado o prédio do Núcleo Regional do CETEM no Espírito Santos. Essa iniciativa começou em 2004, quando o CETEM recebeu do então Ministro Eduardo Campos, ratificado posteriormente em 2005, por meio do Protocolo de Intenções N.º 07.0006.00/2005, assinado pelo Ministro Sérgio Rezende, a incumbência de implantar o Núcleo Regional do CETEM em Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, com o propósito de desenvolvimento de tecnologia em rochas ornamentais, uma vez que o Estado é o principal polo produtor de rochas ornamentais do País, com dezenas de empresas, e líder absoluto de exportação neste segmento.

As atividades do Núcleo foram iniciadas em 2006 em um espaço cedido pelo então CEFET-ES, hoje IFES-ES, em seu campus de Cachoeiro de Itapemirim, por meio de um Termo de Cessão de Uso.

Em 21 de março de 2007, foi publicado no Diário Oficial do Município de Cachoeiro de Itapemirim – Estado do Espírito Santo, Nº 2874, ANO XLI, a Lei nº 5950, que autoriza ao Poder Executivo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, a doar área de terreno para o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, sendo que de acordo com o Art. 2º, o terreno destina-se à implantação do Campus Avançado do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, conforme protocolo de intenções celebrado entre a União, por intermédio do MCT, o Município de Cachoeiro de Itapemirim e o CEFET-ES – Centro Federal de Educação Tecnológica do ES.

O Centro situa-se na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, em uma área de 60 mil m², que inclui 25 laboratórios, 4 usinas pilotos, 1 Biblioteca especializada, 1 Auditório e ainda possui 1 Núcleo Regional, situado ao lado do IFES de Cachoeiro do Itapemirim (ES).



Fig. 3.1 – O CETEM. Fonte: Núcleo de Apoio à Gestão – NAG, 2017.



Fig. 3.2 – O NRES. Fonte: Núcleo de Comunicação Social – NCS, 2017.

O CETEM está sediado na Av. Pedro Calmon, 900
- Cidade Universitária - Rio de Janeiro – RJ -
Brasil - CEP 21.941-908

O NRES está localizado na Rod. Cachoeiro -
Alegre, km 5 - Morro Grande - Campus do IFES -
Caixa Postal 737- Cachoeiro de Itapemirim - ES -
Brasil - CEP: 29311-970

O Centro é mantido, em sua maior parte, com recursos públicos e, por isso, deve se programar para desenvolver, cada vez mais, trabalhos de interesse da sociedade, que possuam papel social e que apresentem visibilidade do valor agregado para as comunidades e aos mercados em que se insere. Desempenha função essencial para o desenvolvimento da tecnologia mineral do país e para a sustentabilidade do meio ambiente. É atribuição da Unidade, ainda, a disseminação do conhecimento por meio da sua produção científica e tecnológica, o que torna o CETEM o principal centro de busca, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, para soluções de problemas tecnológicos e proposição de projetos inovadores na área.

3.1 Finalidades e competências

O CETEM realiza pesquisas com o intuito de inovar e desenvolver tecnologias para o setor minero-metalúrgico, que as utiliza em prol da sociedade, contribuindo para o crescimento econômico e para o desenvolvimento do país. As pesquisas são voltadas para a caracterização química, mineralógica e tecnológica, o processamento mineral, processos metalúrgicos extrativos de rochas, minérios e minerais industriais, bem como para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias ambientais e sustentáveis.

Contando com uma equipe de pesquisadores e tecnólogos qualificados, e como Instituto de Referência Internacional, desenvolve atividades de pesquisa em quase todos os estados da federação, com destaque para Pará, Bahia, Piauí, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de

desenvolvimento de projetos em Moçambique, Chile, Austrália, França, Portugal, Espanha, Cuba, Itália, Japão, Zimbábwe dentre outros.

Como principais instalações, dispõe de Plantas Piloto de Processamento Mineral e de Processos Extrativos Bio-Hidrometalúrgicos e um grupo de laboratórios de caracterização química e tecnológica e de processos, a saber:

- Metalurgia Extrativa e Bioprocessos
- Tratamento de Minérios
- Análises Químicas
- Caracterização Mineralógica e Mineralogia de Processo
- Caracterização e Alterabilidade de Rochas Ornamentais
- Caracterização de Agregados para a Construção Civil
- Materiais de Referência Certificados
- Ecotoxicologia Aplicado à Indústria Mínero-metalúrgica
- Especiação de Mercúrio Ambiental
- Química de Superfície
- Pesquisas Gemológicas
- Modelagem molecular
- Biotecnologia
- Conservação de materiais pétreos de monumentos e edificações do patrimônio histórico

As competências do CETEM são reforçadas em sua missão e visão, modificadas em outubro de 2015 em função do plano estratégico que vem sendo estruturado para o horizonte institucional de 2017 a 2021. Estas envolvem desde análises físicas e químicas de substâncias minerais simples a estudos completos de caracterização físico-química, beneficiamento de minérios e desenvolvimento de processos metalúrgicos extrativos de todos os tipos de minérios, dos mais simples aos mais complexos, até o desenvolvimento de estudos direcionados para a minimização de impactos ambientais e sociais, além de recuperação das áreas degradadas.

Os principais elementos da missão são:

A. o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sustentáveis — o CETEM atua na vanguarda do PD&I mineral, desenvolvendo e transferindo tecnologias sustentáveis de alto valor agregado para o setor produtivo;

B. a mobilização de competências — o CETEM não atua sozinho e, sim, exerce o papel de protagonista nas redes de PD&I em tecnologia mineral país;

C. a superação de desafios nacionais — o CETEM traz contribuições relevantes para que o país possa superar os seus grandes desafios no setor mineral.

É MISSÃO DO CETEM

"Desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral"

COM VISTAS À

"Ser o centro da excelência em P,D&I de tecnologia mineral, reconhecido por sua contribuição estratégica para o País"



Fig. 3.3 - Vista da escadaria de acesso ao CETEM – lago principal e Auditório Prof. Roberto Villas-Bôas.

Fonte: NAG, 2017.

A instituição atende a demandas de grandes, médias, pequenas e micro empresas de mineração, seja individualmente, seja em conjunto aos Arranjos Produtivos Locais de base mineral, para os quais há equipe especializada de pesquisadores.

Também são contempladas atividades de apoio à indústria, como a produção de materiais de referência certificados e estudos econômicos prospectivos, que abrangem as exigências para a sustentabilidade ambiental e social do setor mineral.

Na área de meio ambiente realizam-se atividades de pesquisa e desenvolvimento em gestão e tecnologia ambiental, com foco na recuperação de áreas degradadas, avaliação dos impactos das atividades mineradoras e de seus passivos, recuperação de metais, reciclagem de materiais, tratamento de resíduos e efluentes industriais, aplicação de tecnologias mais limpas e biorremediação. Adicionalmente, são coordenados estudos interdisciplinares e multi-institucionais sobre contaminação ambiental e exposição humana.

Mais recentemente, inclui em suas atividades de PD&I a execução de estudos direcionados ao aproveitamento de fontes alternativas minerais, visando diminuir a dependência de importação de fertilizantes, tanto para a produção agrícola, quanto para a produção de bicompostíveis; ainda estudos para a conservação de materiais pétreos de monumentos e edificações do patrimônio histórico; bem como, economia circular e mineração urbana.

A Unidade Regional (ES) desenvolve projetos relacionados à caracterização e alterabilidade de rochas ornamentais e de revestimento, além de projetos de aproveitamento de resíduos abundantes na região. A unidade desenvolve melhorias tecnológicas no processamento de rochas ornamentais e presta serviços para empresas. Além disso, se estrutura para o desenvolvimento de projetos de interesse regional na área de beneficiamento de calcários e agregados para construção civil, entre outros minerais industriais.

No Plano Nacional de Mineração (PNM) 2030, do Ministério de Minas e Energia (MME), é explicitada a necessidade de valorizar e fortalecer institucionalmente o CETEM, uma vez que

“(…) é a única instituição de C&T federal dedicada ao setor mineral com condições de contribuir para superar os grandes desafios

tecnológicos para o pleno aproveitamento dos bens minerais brasileiros, sobrepondo os interesses estratégicos nacionais aos de mercado”.

Ao longo de seus 39 anos, o CETEM participou de mais de 900 projetos tecnológicos e milhares de prestação de serviços para a quase totalidade do setor minero-metalúrgico público e privado brasileiro, além de atuar diretamente junto a empresas e órgãos internacionais.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O CETEM – Centro de Tecnologia Mineral foi criado por meio da **Lei n.º 7.677/1988**¹, estrategicamente, pelo governo federal, para subsidiar a implementação de uma política da época, que visava substituir as importações de bens minerais e prover com soluções tecnológicas o setor minero metalúrgico do País. Suas competências estão descritas pelo seu Regimento Interno (**Portaria n.º 5.144/2016**²).

Além da lei de criação da unidade, o CETEM tem a sua atuação regida, principalmente, pelas seguintes normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

- **Lei n.º 10.973/2004:** dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
- **Art. 93 da Lei n.º 9.279/96:** aplica-se o disposto neste Capítulo, no que couber às entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, federal, estadual ou municipal. (capítulo XIV da invenção e do modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço).
- **Lei n.º 8.691/93:** estabelece o Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia.
- **Decreto Lei n.º 200/67:** dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.

3.3 Ambiente de Atuação

Os cidadãos-usuários potenciais e atuais do CETEM encontram-se segmentados em: (i) *instituições federais, estaduais e municipais*; (ii) *pessoa jurídica de grande porte*; (iii) *pessoa jurídica de pequeno porte*; (iv) *instituições de ensino e de ciência & tecnologia*; (v) *estudantes e profissionais de ciência, tecnologia & inovação*; e (vi) *sociedade*.

¹ Publicada no DOU de 24/10/1988, que dispõe sobre a criação pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento de tecnologia mineral e dá outras providências.

² Publicada no DOU n.º 219, de 16/11/2016, páginas 9 a 12, que aprova o Regimento Interno do Centro de Tecnologia Mineral.

As principais formas de relacionamento do CETEM com suas partes interessadas são baseadas na utilização dos seguintes instrumentos:

- acordos de cooperação tecnológica;
- convênios específicos;
- contratos de prestação de serviço técnico-especializado;
- editais; e
- contratos de Transferência de Tecnologia.

O CETEM possui um grande número de parceiros que atuam na rede em troca de conhecimentos utilizando o contato direto dos Pesquisadores e dos colaboradores que atuam nas áreas Finalísticas do Centro.

O relacionamento do CETEM com suas partes interessadas encontra-se representado na figura a seguir:



Fig. 3.4 - Stakeholders do CETEM.
Adaptado de: EloGroup, 2015

O relacionamento interinstitucional do CETEM com suas partes interessadas promove:

- ✓ Instituições Federais, Estaduais e Municipais: Conhecimento tecnológico e realização de pesquisas para superação de grandes desafios nacionais no setor mineral; aumento da competitividade das empresas nacionais do setor mineral; conhecimento técnico para colaborar com a elaboração das políticas públicas para o setor mineral.
- ✓ Pessoa Jurídica de Grande Porte: Parceria em projetos de PD&I em tecnologia mineral; apoio técnico para suportar projetos operacionais no setor mineral; capacitação de recursos humanos qualificados em tecnologia mineral.
- ✓ Pessoa Jurídica de Pequeno Porte: Apoio à absorção de tecnologias pelas pequenas e médias empresas (PMEs) do setor mineral.
- ✓ Associações Empresariais: apoio à integração das empresas na cadeia produtiva do setor mineral.
- ✓ Instituições de Ensino e de Ciência & Tecnologia (C&T): Parcerias e compartilhamento de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa; publicação de conhecimento técnico e científico de ponta.

- ✓ Estudantes e Profissionais de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I): Oportunidades para atuação prática por meio do envolvimento em projetos e pesquisa em tecnologia mineral; acesso ao conhecimento em tecnologia mineral.
- ✓ Sociedade: Contribuição para o desenvolvimento econômico do setor mineral nacional e para a geração de empregos e riqueza; mitigação do impacto ambiental nas regiões de atividade de extração e processamento mineral.

A atuação exclusiva do CETEM em âmbito federal se soma ao posicionamento estratégico para o horizonte de 2017 a 2022, que se baseia em três pilares:

- Desenvolvimento de programas de pesquisa que abordam grandes desafios nacionais do setor mineral, a saber: Água, Energia e Resíduos; Minerais Estratégicos; e Rochas Ornamentais.
- Atuação protagonista na mobilização de competências públicas e privadas para superação dos desafios nacionais referenciados no ENCTI 2016-2022 e PNM 2030.
- Desenvolvimento de um Modelo Organizacional de excelência que suporte as atividades de PD&I.

3.4 Organograma

O CETEM possui o Seguinte Organograma Funcional:

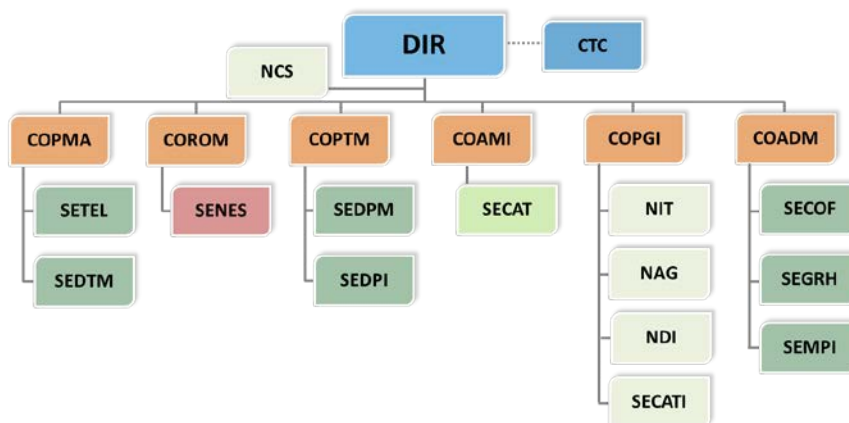


Fig. 3.5 – Organograma do CETEM
Disponível em: www.cetem.gov.br

A sua organização interna é composta pelas seguintes unidades:

- ✓ **Diretor:** planeja, coordena, dirige e supervisiona as atividades e exerce a representação do CETEM. Convoca e preside as reuniões do Conselho Técnico Científico.
- ✓ **CTC - Conselho Técnico Científico:** É a unidade colegiada com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica da unidade de pesquisa.

- ✓ **Coordenações:** As coordenações são responsáveis por planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.
- ✓ **Serviços:** Têm por incumbência supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.
- ✓ **NIT:** O Núcleo de Inovação Tecnológica é uma Unidade prevista na lei n.º 10.973 (Lei de Inovação Tecnológica) e tem como função o apoio aos pesquisadores do Centro na proteção dos resultados de suas pesquisas, no zelo do cumprimento das políticas de inovação tecnológica, na interação com o setor público e privado e a prospecção de parceiros para transferência de tecnologia. O NIT está funcionando no CETEM desde 2012.

As principais competências e contribuições para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTIC n.º 5.144/2016 encontram-se listadas na *Tabela 3.1*, a seguir.

Tabela 3.1 - Principais competências e Contribuição para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTIC n.º 5.144/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
<p>IR – Diretoria</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ NCS – Núcleo de Comunicação Social 	<p>Estabelecer e divulgar a política, bem como os objetivos institucionais e da qualidade, zelar pela imparcialidade e pela isenção de conflitos de interesse nas atividades do Centro, colaborar com o MCTIC e demais órgãos governamentais correlatos no apoio à formulação da Política Nacional de Tecnologia Mineral e participar de Comissões Técnicas de assessoramento aos órgãos governamentais e regulamentadores</p>	<p>Fernando Antonio Freitas Lins</p>	<p>Diretor do CETEM</p>	<p>06/03/2016 a atual</p>
<p>COPMA - Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ SETEL - Serviço de Tecnologias Limpas ▪ SEDTM - Serviço de Desenvolvimento de Tecnologias Minerais 	<p>Planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias nas áreas de metalurgia extrativa em geral, como pirometalurgia, hidrometalurgia e extração por solventes, tratamento de efluentes, biotecnologia, eletroquímica, reciclagem e áreas correlatas. Inclui a execução de projetos-piloto de desenvolvimento e aplicação de tecnologias destinadas ao emprego de processos de metalurgia extrativa e de melhoria e preservação ambiental, além do desenvolvimento e utilização de tecnologias limpas (extração de metais e tratamento de rejeitos contaminados).</p>	<p>Andrea Carmadella de Lima Rizzo</p>	<p>Coordenador de Processos Metalúrgicos e Ambientais</p>	<p>27/09/2016 até a presente data</p>
<p>COROM - Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ SENES - Serviço do Núcleo Regional do Espírito Santo 	<p>Planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, análises e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias voltadas ao apoio técnico às micro e pequenas empresas. Busca solucionar problemas relacionados ao uso de tecnologias apropriadas, melhoria de produtividade, redução de desperdícios, preservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas. Oferece apoio tecnológico às micro e pequenas empresas organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral de forma direta, ou por meio de redes de apoio às quais o CETEM esteja associado.</p>	<p>Francisco Wilson de Hollanda Vidal</p>	<p>Coordenador de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais</p>	<p>21/06/2013 a atual</p>
<p>COPTM - Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ SEDPI - Serviço de Desenvolvimento de Processos Industriais ▪ SEDPM - Serviço de Desenvolvimento de Novos Produtos Minerais 	<p>Planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias na área de tratamento de minérios, incluindo processos físico-químicos e técnicas de modificação dos minerais para usos específicos. Inclui projetos e programas de desenvolvimento sustentável em atividades de mineração, com vistas à proteção do meio ambiente, ao estímulo e manutenção da economia.</p>	<p>Claudio Luiz Schneider</p>	<p>Coordenador de Processamento e Tecnologias Minerais</p>	<p>12/05/2011 a atual</p>

<i>Áreas/ Subunidades Estratégicas</i>	<i>Competências</i>	<i>Titular</i>	<i>Cargo</i>	<i>Período de atuação</i>
COAMI - Coordenação de Análises Minerais <ul style="list-style-type: none"> ▪ SECAT - Setor de Caracterização Tecnológica 	Planejamento, coordenação, supervisão, desenvolvimento, otimização e implementação de metodologias analíticas para os projetos de pesquisa em desenvolvimento no CETEM, nas áreas minero-metalúrgica e de controle do impacto ambiental. Inclui métodos analíticos clássicos e instrumentais, que visam à caracterização tecnológica de amostras de minérios, rochas, resíduos, ligas, produtos manufaturados, efluentes de origem ambiental e similares	Arnaldo Alcover Neto José Antonio Pires de Mello	Coordenador de Análises Minerais Coordenador de Análises Minerais	30/10/2002 a 29/01/2017 30/01/2017 a atual
COPGI - Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação <ul style="list-style-type: none"> ▪ SECAT - Seção de Tecnologia da Informação ▪ NAG - Núcleo de Apoio à Gestão ▪ NDI - Núcleo de Documentação e Informação ▪ NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica 	Unidade de suporte ao Diretor na supervisão e coordenação das ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações das demais unidades do CETEM. É também responsável pela supervisão e coordenação das ações de acompanhamento e avaliação, quais sejam: Execução de planos anuais e plurianuais do órgão; Orientação, supervisão, elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de capacitação de recursos humanos destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica; Promoção da imagem institucional e divulgação dos processos e produtos do CETEM por meio de atividades de comunicação social, incluindo assessoria de imprensa, publicidade e participação em eventos em sua área de atuação; e a coordenação das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do CETEM	Robson de Araújo D'Ávila	Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação	30/12/2016 a atual
COADM - Coordenação de Administração <ul style="list-style-type: none"> ▪ SECOF - Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças ▪ SEGRH - Serviço de Gestão de Recursos Humanos ▪ SEMPI - Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura 	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios; administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente.	Durval Costa Reis	Coordenador de Administração	02/01/2015 a atual

3.5 Macroprocessos Finalísticos

No exercício de 2015 o CETEM adotou a metodologia de “Carta de Serviços³”, instituída pelo Decreto n.º 6.932, de 11 de agosto de 2009, para elaboração de sua “Carta ao Cidadão”, em atendimento aos requisitos de excelência em gestão pública preconizados pelo GESPÚBLICA e atualmente pelo Decreto N° 9.094, de 17 de julho de 2017. Para tanto, seguiu as orientações do seu Guia Metodológico, edição 03/2014, publicado pela Secretaria de Gestão Pública - SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, cujo apêndice VI instrui a elaboração de Planilhas de Apoio, dentre elas, a planilha de identificação e desdobramento dos macroprocessos institucionais.

A adoção da metodologia MPOG envolveu a participação de todas as coordenações e contou com o apoio irrestrito da alta direção, demonstrando o comprometimento da casa com os seus trabalhadores e suas atividades desempenhadas, com a melhoria contínua de seus padrões de atendimento ao público alvo, com a maior transparência em seus processos organizacionais e com a sua imagem perante a sociedade. Como resultado da adoção dos padrões de qualidade, em dezembro de 2015 o CETEM publicou em sua página institucional a 1.ª edição da Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento que objetiva assegurar aos cidadãos suas principais formas de acesso.

Os macroprocessos, estabelecidos a partir das competências legais oriundas da Lei de Criação do CETEM (Lei n.º 7.677, de 21 de outubro de 1988) e do seu Regimento Interno (Portaria MCTIC n.º 5.144, de 14 de novembro de 2016), encontram-se identificados e descritos na *Tabela 3.2*, a seguir.

³ Em função do Decreto N° 9.094, de 17 de julho de 2017, a Carta de Serviços do CETEM vem sendo atualizada e será renomeada “Carta de Serviços ao Usuário”. Sua publicação aguarda a atualização do Regimento Interno, em fase de tramitação para publicação junto a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais do MCTIC.

Tabela 3.2 - Macroprocessos Finalísticos do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PD&I em Tecnologia Mineral e Ambiental e Prestação de Serviço Tecnológico e Especializado (PSTE)	Desenvolvimento de P,D&I e PSTE em Metalurgia extrativa, biotecnologia ambiental e biomineração	<ol style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de processos em metalurgia extrativa; Desenvolvimento e aplicação de processos de Biolixiviação de minérios; Desenvolvimento e aplicação de processos de Biossolubilização de rochas para a liberação e produção de micro e macro nutrientes utilizados na agricultura Desenvolvimento e aplicação de processos de Biorremediação para a descontaminação ambiental de solos e resíduos. Desenvolvimento de processos para tratamento de efluentes e de drenagem ácida de mina (DAM). Metalurgia Extrativa – Pirometalurgia (preparação de amostras, análise termodinâmica de processos, ensaios em fornos piloto contínuo e em batelada) e Hidrometalurgia (análise termodinâmica de processos, ensaios de bancada e piloto para as operações unitárias delixiviação simples e sob pressão, extração por solventes, troca iônica, cristalização e precipitação). Meio ambiente – Melhoria e preservação ambiental, ensaios de bancada e piloto para tratamento de efluentes por processos passivos, mitigação na geração de drenagem ácida de mina, diagnóstico de impactos ambientais na mineração, e elaboração de projetos conceituais para empresas. 	<p>Governo, empresas universidades e demais institutos de pesquisa</p>	<p>Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais – COPMA</p> <p>Coordenador: Andrea Carmadella de Lima Rizzo (arizzo@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7201 / 2260-9154</p>
	Desenvolvimento de P,D&I e PSTE em Processamento Mineral	<ol style="list-style-type: none"> Projetos de pesquisa e desenvolvimento em escala de laboratório e de protótipos piloto a partir de processos de cominuição, concentração gravítica, separações magnética e eletrostática, flotação, desaguamento e secagem e disposição de rejeitos Projetos de beneficiamento de minérios em escala piloto, com geração de dados necessários ao dimensionamento de usinas industriais, de preservação ambiental e sustentabilidade econômica Estudos de pré-viabilidade técnica e econômica de projetos na área mínero-metalúrgica e de meio ambiente Trabalho de campo, envolvendo amostragem de minérios, avaliação do desempenho de usinas de beneficiamento, estudos de impacto ambiental Projetos de pesquisa na área de físico-química de interfaces e sistemas coloidais Desenvolvimento ou aperfeiçoamento de procedimentos de avaliação e especificação de novos produtos minerais baseados em processos de flotação e floculação, bem como na área de 	<p>Público em Geral, Instituições Públicas e Privadas, Empresas de mineração e metalurgia (grande/médio/pequeno porte), associações, cooperativas, centros de pesquisas, universidades, Governo Federal, Estadual e Municipal, distribuidores de materiais de referência, no Brasil e no exterior</p>	<p>Coordenação de Processamento e Tecnologias Mineraias – COPTM</p> <p>Coordenador: Cláudio Luiz Schneider (cshneider@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7203</p>

- reciclagem de materiais e descontaminação de resíduos
- 7. Serviços de caracterização físico-química de superfície de minerais e materiais, bem como pesquisas para modificar as propriedades superficiais visando novos usos
- 8. Ensaio específicos e operações auxiliares como: amostragem, preparação e quarteamento, ensaios de cominuição (WI, DWT), análise granulométrica, testes de flotação em bancada e mini usina, classificação e peneiramento, filtração e desaguamento
- 9. Cursos e treinamentos sobre operações unitárias envolvidas no processamento mineral
- 10. Publicação de livros didáticos e séries sobre tecnologia mineral, rochas e minerais industriais
- 11. Orientações de mestrado e doutorado em conjunto com Universidades conveniadas
- 12. Produção de materiais de referência certificados de minérios e minerais
- 13. Projetos integrados de contaminação ambiental e avaliação de risco à saúde humana
- 14. P,D&I em avaliação de impactos ambientais e em metodologias analíticas
- 15. Apoio técnico a pequena mineração de ouro
- 16. Ecotoxicologia
- 17. Análise de ciclo de vida (ACV)
- 18. Produção de agregados reciclados
- 19. Recursos minerais, territórios e sociedade

Desenvolvimento de P,D&I e PSTE em Caracterização Tecnológica de Amostras Minerais

- 1. Caracterização química e mineralógica de amostras minerais envolvendo as técnicas principais de química clássica e instrumental, microscopias e análises textuais e de imagens.
- 2. P,D&I em caracterização tecnológica de amostras minerais

Desenvolvimento de P,D&I e PSTE em Mineração e Meio Ambiente, com maior especialização em Rochas Ornamentais e Gemas

- 1. Unidade de tecnologia de rochas ornamentais e minerais industriais no Espírito Santo (laboratórios e planta piloto)
- 2. Apoio tecnológico para a melhoria da lavra de rochas ornamentais
- 3. P,D&I em beneficiamento de rochas ornamentais; desenvolvimento de novos insumos e protótipos
- 4. Caracterização tecnológica de rochas ornamentais e estudos de alterabilidade
- 5. Caracterização de agregados para a construção civil
- 6. Laudos técnicos e avaliação de consumo de insumos para drawback
- 7. Identificação e caracterização de gemas e metais preciosos;

Órgãos de P&D e governamentais, ICTs, empresas do setor mineral, pesquisadores e estudantes, cliente interno e revistas especializadas em caracterização tecnológica de minérios e materiais

Órgãos governamentais, PMEs, associações, cooperativas de produtores e APLs de base mineral, universidades e demais institutos de P&D, pesquisadores e estudantes, pessoa física e atendimento interno.

Coordenação de Análises Minerais – COAMI

Coordenador:
José Antônio Pires de Mello
(jmello@cetem.gov.br)
Telefone: (21) 3865-7365 / 7366

Coordenação de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais - COROM

Coordenador: Francisco Wilson Hollanda Vidal
(fhollanda@cetem.gov.br)

Telefone: (21) 3865-7348

		<p>emissão de laudos técnicos</p> <p>8. Modelagem molecular</p> <p>9. P,D&I para conservação de materiais pétreos de monumentos e edificações do patrimônio histórico</p> <p>10. P,D&I para aplicação de resíduos de rochas ornamentais em diversos setores industriais.</p>		
Difusão do conhecimento	Divulgação e comunicação das atividades do CETEM	<ol style="list-style-type: none"> Serviço de Comunicação e Divulgação / Biblioteca Serviço eletrônico de Informação ao Cidadão: e-SIC Atendimento a solicitações por email (via formulário e conta institucional) Recepção de instituições de ensino e pesquisa em visita às dependências do CETEM (Visitas Guiadas) Cadastramento online para recebimento de Informativo CETEM Divulgação de Material Institucional Suporte à participação em eventos de Ciência e Tecnologia Suporte ao elaboração de publicações técnico-científicas Suporte à elaboração de cursos, conferências, seminários, visitas guiadas, workshops e outros eventos técnicos científicos 	Governo, Empresas, Associações, Cooperativas, Universidades e demais ICTs, Escolas públicas e privadas, atendimento interno e cidadão.	<p>Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação – COPGI</p> <p>Coordenador: Robson de Araújo D'Ávila (rdavila@cetem.gov.br)</p> <p>Telefone: (21) 3865-7362 / 3865-7294</p>
Cooperação técnico científica nacional e internacional	Estabelecer atividades de Cooperação e de Intercâmbio Técnico Científico	<ol style="list-style-type: none"> Avaliação jurídica e técnica dos instrumentos e convênios, contratos e demais acordos firmados Dar suporte à execução de projetos de pesquisa/ convênios, contratos e demais acordos a serem firmados. 	Governo, Empresas, Associações, Cooperativas, Universidades e demais ICTs, Institutos/Centros congêneres	<p>Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação – COPGI</p> <p>Coordenador: Robson de Araújo D'Ávila (rdavila@cetem.gov.br)</p> <p>Telefone: (21) 3865-7362 / 3865-7294</p>
Apoio a Formulação da Política Nacional de Tecnologia Mineral	Colaboração com o MCTIC e demais órgãos governamentais correlatos no apoio à formulação da Política Nacional de Tecnologia Mineral	<ol style="list-style-type: none"> Participar de Comissões Técnicas de assessoramento aos órgãos governamentais e regulamentadores Elaborar relatórios e pareceres 	Governo Federal (MCTIC - SETEC, SCUP, SECIS, CNPq, CGEE; MME - Secretaria de Geologia, SGM, DTM, CPRM; MPOG, CGU, TCU, AGU); Governos estaduais e Municipais;	<p>Diretoria</p> <p>Diretor: Fernando Antonio Freitas Lins (fernando.lins@cetem.gov.br)</p> <p>Telefone: (21) 3865-7296 / 2260-2837</p>

Planejamento Organizacional e Resultados

4.1 Planejamento Organizacional

A unidade planeja sua atuação por meio do Planejamento Estratégico (PE) – CETEM, elaborado a cada cinco anos pelo NAG/COPGI, com base no Plano Plurianual do governo federal (PPA), Plano Nacional de Mineração (PNM), Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), análise crítica do PE anterior e do último ciclo de avaliação do Plano de Melhoria de Gestão (PMG). Ele é construído com a participação da Direção e Coordenações, além de representantes de todas as áreas da organização, que, em reuniões programadas seguindo práticas sistêmicas adotadas aceitas internacionalmente (Figura 4.1), definem as linhas de ação e orientadores estratégicos a serem perseguidos pelo Centro, bem como revisam a missão e visão institucionais, princípios e valores organizacionais, em consonância com as diretrizes federais.

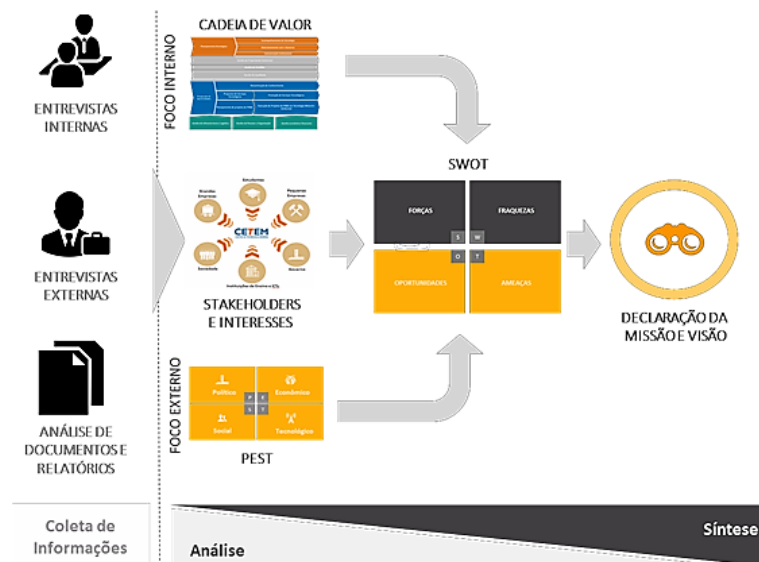


Figura 4.1 Planejamento Estratégico do CETEM
Adaptado de: EloGroup, 2015.

O PE é desdobrado, por fim, em Planos de Ações institucionais pelas Coordenações de área que passam a controlar as métricas intermediárias de suas responsabilidades, de modo a garantir o alcance das metas globais que são pactuadas nos Termos de Compromisso de Gestão (TCG), anualmente, junto ao Ministério de Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O PE do CETEM é construído com a participação da Direção e Coordenações, além de representantes de todas as áreas da organização, que, em reuniões programadas seguindo práticas sistêmicas adotadas aceitas internacionalmente.

Desde 2005, a DIREX e o CTC interno fazem a análise de contexto institucional, bem como de cenários elaborados junto à área responsável pela gestão da estratégia do Centro, agrupa-se os objetivos estratégicos segundo as categorias conceituais definidas em sintonia com a metodologia do BSC. Nesse ponto o Grupo de Trabalho intitulado GPE identifica as responsabilidades de cada área

no alcance dos objetivos estratégicos, desdobrando-se em planos de ações por Coordenações, e valida o mapa com o Colegiado DIREX.

A partir de 2015, os projetos tecnológicos são identificados a partir da discussão e definição dos grandes Desafios Nacionais do setor de Mineração que devem ser priorizados pelo CETEM. Para cada um dos quatro desafios priorizados, é definido um programa estratégico que reúne um conjunto de projetos necessários para a superação do respectivo desafio. Assim, são elaborados *Roadmaps* (água, energia e resíduos; terras raras; rochas ornamentais; e agro minerais), nos quais os programas estratégicos são macro detalhados em planos de ação e impactos/resultados esperados (Figura 4.2).

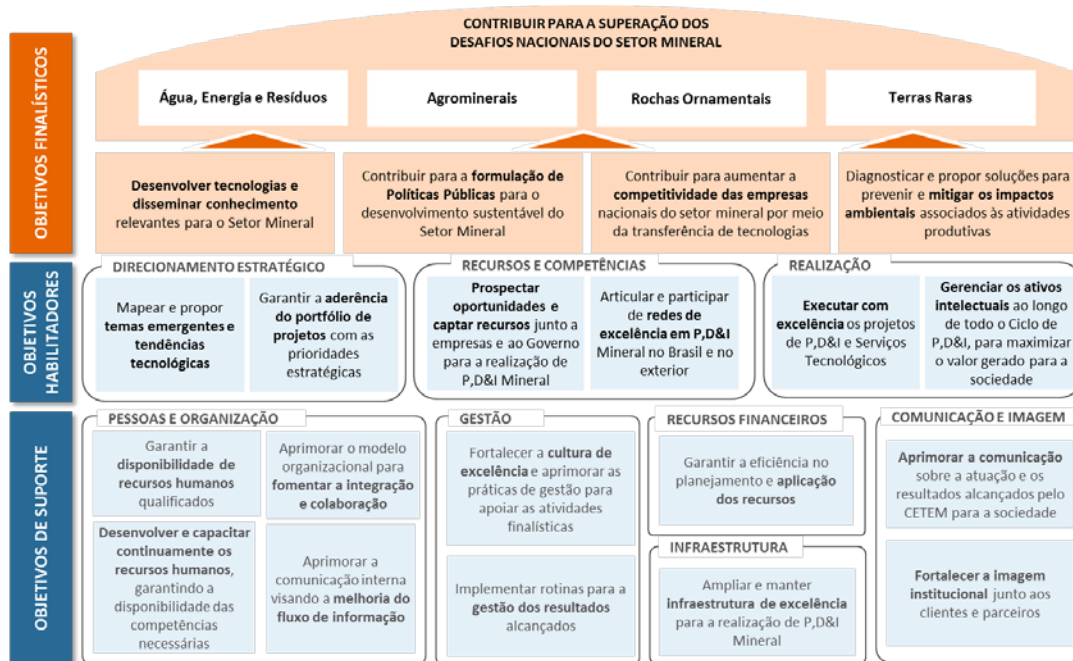


Figura 4.2 - Mapa Estratégico
Fonte: EloGroup 2016

Essas linhas/planos de ação formam a principal base de direcionamento das iniciativas de PD&I ao longo do ciclo correspondente. A definição das metas a serem alcançadas, relativas ao Mapa Estratégico, é acompanhada pela definição do seu monitoramento e do seu plano de comunicação, que inclui a estratégia e os indicadores.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O **Planejamento Estratégico 2017-2021** contempla programas que atendam a demandas estratégicas do Governo e desafios tecnológicos do setor produtivo. Prevê-se um modelo de gestão mais dinâmico para atender com flexibilidade a mudanças de prioridades. Um Plano Científico e Tecnológico, a ser atualizado anualmente, define os objetivos específicos e projetos para os próximos cinco anos.

Os desafios e projetos do novo PDU estão sintonizados com as diretrizes da Política Nacional de CT&I e alinhados com a Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019). O Centro também se alinha às políticas industriais vigentes e ao Plano Nacional de Mineração 2030.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos (ações do governo)

As competências do CETEM são reforçadas em sua missão e visão, modificadas em outubro de 2015 em função do plano estratégico estruturado para o horizonte institucional de 2017 a 2021. Estas envolvem desde análises físicas e químicas de substâncias minerais simples a estudos completos de caracterização físico-química, beneficiamento de minérios e desenvolvimento de processos metalúrgicos extrativos de todos os tipos de minérios, dos mais simples aos mais complexos, até o desenvolvimento de estudos direcionados para a minimização de impactos ambientais e sociais, além de recuperação das áreas degradadas.

Os principais elementos da missão são:

- i) o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sustentáveis — o CETEM atua na vanguarda do PD&I mineral, desenvolvendo e transferindo tecnologias sustentáveis de alto valor agregado para o setor produtivo;
- ii) a mobilização de competências — o CETEM não atua sozinho e, sim, exerce o papel de protagonista nas redes de PD&I em tecnologia mineral país;
- iii) a superação de desafios nacionais — o CETEM traz contribuições relevantes para que o país possa superar os seus grandes desafios no setor mineral.

O PDU 2017-2021 está em sintonia com as diretrizes da Política Nacional de CT&I e segue alinhado com a Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019) e com as políticas industriais vigentes e ao Plano Nacional de Mineração 2030.

O alinhamento das estratégias estabelecidas no seu PDU se dá pela inclusão do CETEM como responsável pela **Ação 4128** destinada a “*Pesquisa e desenvolvimento do Centro de Tecnologia Mineral*”, inserida no **Programa Temático 0461 do Plano Plurianual** - PPA denominado “*Promoção da Pesquisa e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*”, no âmbito da Política do Desenvolvimento Produtivo e Ambiental definida pelo Governo Federal para o PPA 2016-2019.

As ações e metas institucionais alcançadas tiveram como suporte as dotações orçamentárias destinadas anualmente ao Centro, de modo a permitir-lhe cumprir de maneira sincronizada, com base nos instrumentos LDO e LOA, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, em consonância com o que emana do MCTIC, por conta da ENCTI.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A estratégia e seus desdobramentos são monitorados por meio de indicadores e comunicados nas reuniões semanais da DIRETEC e DIREX. As comunicações às partes interessadas são feitas por meio dos Relatórios de Gestão (RG) e Termos de Compromisso de Gestão (TCG's), elaborados anualmente - disponibilizados no Portal do CETEM e entregues à DPO/MCTIC, além dos relatórios de encerramento de projetos — contendo suas métricas próprias e específicas — que são entregues diretamente às respectivas partes interessadas pelos Coordenadores de Projetos. Os referidos documentos podem ser acessados no seguinte link do site institucional: <http://www.cetem.gov.br/documentos-de-gestao>.

Explicando mais detalhadamente, desde 2002, os processos gerenciais são acompanhados, monitorados e aperfeiçoados com base em duas rotinas distintas, com periodicidade anual e semestral. São elas: o TCG (premissas), em que são pactuadas semestralmente metas e resultados,

fixados de comum acordo junto ao DPO/MCTIC, para cada exercício, aferidos mensalmente por meio de indicadores específicos e quantificados, que são consolidados e inseridos pelo NAG/COPGI no relatório de prestação de contas anual do TCG — enviado a DPO/MCTIC; a Descrição das atividades exercidas no período, realizada pelos Chefes de Serviço da COADM e consolidado no NAG/COPGI, segundo roteiro padrão definido pelo Governo Federal, na forma de Relatório de Gestão, que é enviado anualmente como prestação de contas ao TCU em atendimento à Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Além do TCG e RG TCU, desde 2012, o Relatório de Autoavaliação e o Plano de Melhoria da Gestão dos Programas de Excelência em Gestão Pública aos quais o CETEM é ou foi adeso (GESPÚBLICA, Prêmio Qualidade Rio, Programa Regional de Excelência em Gestão Pública), todos, sob responsabilidade do NAG/COPGI, são instrumentos sistemáticos de acompanhamento dos processos de sustentação/apoio do CETEM.

Os indicadores de desempenho institucionais globais que **monitoram a estratégia do CETEM**, disponíveis no TCG, serão descritos no item 4.4 deste relatório.

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Tabela 4.1 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	19.571.2021.4128 Atividade					Tipo:
Título	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM					
*Iniciativa	0182					
Objetivo	0403					Código:
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação				Código: 2021	Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.853.494,00	1.853.494,00	1.652.866,59	1.328.982,30	1.304.214,69	0,00	323.884,29
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
456.181,22	245.993,10	100.503,90			

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como tem ocorrido desde 2015, o ano de 2017 também foi um ano difícil para o planejamento administrativo do CETEM, por conta da instabilidade na liberação orçamentária por parte do MCTIC.

Em janeiro de 2017, de acordo com a comunicação da Setorial de Contabilidade do MCTIC, não havia disponibilidade de créditos para despesas obrigatórias, nem duodécimos, conforme rege a LDO, havendo no entanto uma expectativa de sanção da LOA 2017.

De acordo com o Ofício Circular nº 285/2017/SEI-MCTIC, emitido em 04/05/2017 pelo Secretário-Executivo do MCTIC, Sr. Elton Santa Fé Zacarias, foi imposto ao MCTIC uma redução orçamentária da ordem de 44,1% do orçamento sujeito a limitação de empenho na LOA 2017, o qual foi repassado para todas as Unidades de Pesquisa do MCTIC.

De acordo com o Ofício Circular nº 363/2017/SEI-MCTIC, emitido em 22/05/2017 pelo Secretário-Executivo do MCTIC, Sr. Elton Santa Fé Zacarias, foi estabelecido um limite de apenas R\$ 2.834.597,00 para despesas com a contratação de bens e serviços para o CETEM, tais como serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza e conservação, telecomunicações e outros, o que perdurou até o mês de outubro/2017.

O CETEM tendo uma despesa fixa anual estimada em R\$ 8,5 milhões, recebeu no período de 19/01/2017 até 01/06/2017, apenas 1/18 do orçamento mensais, correspondente ao valor de R\$ 505.839,89 (Ação 2000 – Administração da Unidade), valor aquém das necessidades da instituição, o que comprometeu todo o planejamento administrativo do CETEM.

Tabela 4.2 - Limite de empenho referente às Fontes 100 e 150 – 2017.

Itens	LOA 2017	Limite de Empenho
Fonte 188	R\$ 9.105.118,00	R\$ 9.105.118,00
Gestão Administrativa	R\$ 9.105.118,00	R\$ 9.105.118,00
1 – Custeio	R\$ 9.105.118,00	R\$ 9.105.118,00
Fonte 100	R\$ 1.770.094,00	R\$ 1.770.094,00
Gestão Administrativa	110.000,00	110.000,00
2 – Capital	110.000,00	110.000,00
Ação Finalística	1.660.094,00	1.660.094,00
1 – Custeio	918.275,00	918.275,00
2 – Capital	741.819,00	741.819,00
Fonte 150	200.000,00	112.042,00
Ação Administrativa	6.600,00	3.696,00
1 – Custeio	6.600,00	3.696,00
Ação Finalística	193.400,00	108.346,00
2 – Capital	193.400,00	108.346,00
TOTAL GERAL	11.075.212,00	10.987.254,00

Outras Fontes – 2017

Tabela 4.3 – Origem dos recursos Extra Orçamentários.

Origem dos Recursos Extra-orçamentários	R\$
Convênios com Destaque Orçamentários	-
Outros Convênios	-
Contratos e Serviços (via Fundações)	3.440.712,60
Fundos Setoriais, Fundações, Agências e Programas de Fomento à Pesquisa, TED, Fonte 150	1.407.906,66
Participação em Projetos como Parceiro	-
Outros	-
TOTAL	4.848.619,26

Fonte: SEOFI – 2017

Comentários Adicionais:

1. – Cabe destacar que as receitas provenientes da fonte 188 para custeio da gestão administrativa foram recebidas em onze parcelas ao longo do ano, fato que causou grande dificuldade no planejamento orçamentário do CETEM. A seguir segue detalhadamente os valores e datas das provisões recebidas:

Tabela 4.4 – Provisão de Custeio Recebida em 2017.

DATA DA LIBERAÇÃO	PROVISÃO DE CUSTEIO RECEBIDA	
	AÇÃO 2000	AÇÃO 4128
19/01/2017	505.840,00	51.015,00
01/02/2017	505.839,89	51.015,28
02/03/2017	505.839,89	51.015,28

05/04/2017	505.839,89	51.015,28
03/05/2017	505.839,89	51.015,28
01/06/2017	505.839,89	51.015,28
03/07/2017	2.065.767,80	208.338,37
30/08/2017	0,75	- 0,77
05/09/2017	706.726,00	0,00
20/10/2017	2.361.984,00	201.924,00
04/12/2017	935.600,00	201.922,00
TOTAL	9.105.118,00	918.275,00

Fonte: COADM, 2017.

2. – O orçamento proveniente de Termos de Execução Descentralizada – TEDs foi de R\$ 1.407 mil, dos quais R\$ 1.200 mil provenientes da DPO e R\$ 207 mil da SETEC. Deste total, R\$ 1.200 mil foram utilizados para recuperação dos laboratórios de metalurgia extrativa, hidrometalurgia e instrumentos danificados pelo incêndio ocorrido em janeiro de 2017.

3. – O Centro recebeu um total de R\$ 3.440 mil provenientes de projetos contratados via Fundações de pesquisa, dos quais R\$ 2.060 mil foram contratados via FACC (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica), R\$ 1.379 mil via FUNCATE (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais).

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício 2017.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 4.5 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar em 31/12/2017 (d) = (a - b - c)	
2016	797.581,10	797.521,10	60,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar em 31/12/2017 (i) = (e - g - h)

	(e)				
2016	1.284.461,28	776.449,10	721.669,10	208.126,89	354.665,29
2015	149.317,83	91.859,42	91.859,42	57.458,41	0,00

Fonte: Siafi Operacional, 2017.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não houve ocorrência no exercício 2017.

4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Tabela 4.6 – Despesas por modalidade de licitação.

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.392.946,94		4.923.592,13		3.641.264,49		4.291.994,34	
a) Convite	0,00		0,00		0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00		0,00		0,00		0,00	
c) Concorrência	0,00		0,00		0,00		0,00	
d) Pregão	4.392.946,94		4.923.592,13		3.641.264,49		4.291.994,34	
e) Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	7.535.747,68		5.707.628,71		5.293.908,24		4.257.358,42	
h) Dispensa	6.363.396,09		4.923.736,75		5.056.095,18		3.794.022,71	
i) Inexigibilidade	1.172.351,59		783.891,96		237.813,06		463.335,71	
3. Regime de Execução Especial	0,00		0,00		0,00		0,00	
j) Suprimento de Fundos	0,00		0,00		0,00		0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	32.292.127,76		29.578.444,66		32.292.127,76		29.578.444,66	
k) Pagamento em Folha	3.228.3020,93		29.559.994,46		32.283.020,93		29.559.994,46	
l) Diárias	9.106,83		18.450,20		9.106,83		18.450,20	
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	44.220.822,38		40.209.665,50		41.227.300,49		38.127.797,42	
6. Total das Despesas da UPC	44.220.822,38	100	40.209.665,50	100	41.227.300,49	100	38.127.797,42	100

Fonte: SECOF e SEGRH, 2017.

4.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Tabela 4.7 - Despesas por grupo e elementos de despesa.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Vencimento e Vantagem Fixa	6.753.732,90	6.413.899,78	6.753.732,90	6.413.899,78	-	-	-	-
Obrigações Patronais	2.286.488,04	2.129.495,25	2.286.488,04	2.129.495,25	-	-	-	-
Ressarcimento com despesas e Pessoal requisitado		321.485,32		321.485,32	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	11.158.286,24	9.715.058,78	11.158.286,24	9.715.058,78	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	5.224.975,87	5.763.730,65	4.701.310,17	5.478.516,27	523.665,70	285.214,38	4.537.007,05	4.871.265,75
O.S.T. Pessoa Jurídica	3.545.349,00	3.043.279,29	2.707.473,37	2.682.924,44	837.875,63	360.354,85	2.592.461,28	2575.334,32
Material de Consumo	797.965,92	741.049,99	692.210,93	231.813,92	105.754,99	509.236,07	676.228,33	207.037,76
Demais elementos do grupo	500.802,73	490.484,27	377.908,40	489.484,27	122.894,33	1.000,00	376.610,70	489.309,97
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	4. Investimentos	2017	2016	2017
4. Investimentos								
Equipamentos e Mat. Permanente	1.599.108,91	645.822,99	879.034,63	517.167,01	Equipamentos e Mat. Permanente	1.599.108,91	645.822,99	879.034,63
Obras e Instalações	427.735,69	0,00	25.870,00	0,00	Obras e Instalações	427.735,69	0,00	25.870,00
O.S.T. Pessoa Jurídica	18.952,01	82.564,12	12.400,01	82.564,12	O.S.T. Pessoa Jurídica	18.952,01	82.564,12	12.400,01
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

Tabela 4.8 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho (TCG)

Quadro de Acompanhamento

Indicadores	Série Histórica			Unidade	Peso	2017		Porcentagem		Nota	Pontos	Obs
	2014	2015	2016			Pactuado	Executado	(%)	F			
Físicos e Operacionais												
1. IGPUB – Índice Geral de Publicações	2,09	1,96	2,25	Pub/téc	3	2,00	2,10	105	10	30		
2. IPUB – Índice de Publicações	0,45	0,37	0,31	Pub/téc	3	0,35	0,39	111	10	30		
3. PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas	2,37	2,12	3,07	N.º/téc	3	2,00	1,43	72	6	18		
4. APME – Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas	0,88	0,69	1,35	N.º/téc	3	0,60	1,78	297	10	30		
5. IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	0,093	0,061	0,078	N.º Ped/téc	3	0,050	0,098	196	10	30		
6. IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia	101.664	110.813	61.503	R\$/téc	3	50.000	67.464	135	10	30		
7. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	19	20	21	N.º	2	14	20	143	10	20		
8. PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	38	47	51	N.º	2	43	52	121	10	20		
9. ICRE – Índice de Captação de Recursos por Editais	10.000	15.000	10.000	R\$/téc	-	10.000	2.460	25	-	-		
Administrativo-Financeiros												
10. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	20	23	11	%	2	12	24	200	10	20		
11. IEO – Índice de Execução Orçamentária (Empenho **)	99,5	99,5	99,1	%	3	100	96,3	96	10	30		
12. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	49	65	49	%	2	50	44	88	8	16		
13. ILR – Índice de Licitações Realizadas (***)	28	44	42	%	-	30	30	100	-	-		
14. IMG – Índice de Maturidade de Gestão (***)	133	156	?	N.º	-	170	440	259	-	-		
Recursos Humanos												
15. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	2,1	1,5	2,4	%	2	1,2	1,6	133	10	20		
16. PRB – Participação Relativa de Bolsistas	43	53	48	%	0	40	51	128	0	0		
17. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	50	47	47	%	0	50	46	92	0	0		
Totais (Pesos e Pontos)					31						294	

Nota Global (Total de Pontos / Total de Pesos)										9,48
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------

Fonte: COPGI, 2017.

Tabela 4.9 - Resultados Obtidos

Indicadores Físicos e Operacionais	Resultados	
	Previsto	Executado
IGPUB	2,00	2,10
NGPB	120	107
TNSE	60	51
IPUB	0,35	0,39
NPSCI	21	20
TNSE	60	51
PcTD	2,00	1,43
NPTD	120	73
TNSE	60	51
APME	0,60	1,78
NAPME	36	90
TNSE	60	51
IPIn	0,050	0,098
NP	3	5
TNSE	60	51
IFATT	50.000	67.464
Valor (R\$)	3.00.000	3.440.712
TNSE	60	51
PPACI	14	20
NPPACI	14	20
PPACN	43	52
NPPACN	43	52
ICRE	10.000	2.460
Fomento (R\$)	600.000	2.460
TNSE	60	51
Indicadores Administrativos e Financeiros		
APD (%)	12	24
DM (R\$)		8.310.966
OCC (R\$)		11.075.512
IEO (%)	100,0	96,3
VOE (R\$)		10.586.247
OCCe (R\$)		10.987.254
RRP (%)	50	44
RPT (R\$)		4.848.619
OCC (R\$)		11.075.512
ILR (%)	30	30
VTL		3.389.007
OCCe (R\$)		10.987.254
IMG (N.º)	170	440
PG		440
Indicadores de Recursos Humanos		
ICT (%)	1,2	1,6
ACT (R\$)		177.006
OCC (R\$)		11.075.512
PRB (%)	40	51
NTB		109
NTS		102
PRPT (%)	50	46
NPT		88
NTS		102

Fonte: COPGI, 2017.

CONCEITUAÇÃO TÉCNICA DOS INDICADORES

A. Indicadores Físicos e Operacionais - *Análise Individual*

A.1. IG PUB - Índice Geral de Publicações

$$\text{IG PUB} = \text{NGPB} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de publicações por técnico, com duas casas decimais.

NGPB = (N.º de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (N.º de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (N.º de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (N.º de capítulo de livros), no ano (incluindo o n.º de publicações em séries CETEM).

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.

Memória de Cálculo: IG PUB = NGPB / TNSE

Resultado: NGPB = 107
IG PUB = 2,10 TNSE = 51
Previsão = 2,00

A.2. IPUB - Índice de Publicações

$$\text{IPUB} = \text{NPSCI} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de publicações por técnico, com duas casas decimais.

NPSCI = N.º de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, ou no Qualis CAPES, classificado como B2 ou superior, no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.

Memória de Cálculo: IPUB = NPSCI / TNSE

Resultado: NPSCI = 20
IPUB = 0,39 TNSE = 51
Previsão = 0,35

A.3. PcTD – Índices de Processos e Técnicas Desenvolvidos

$$\text{PcDT} = \text{NPTD} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = N.º total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: os técnicos do indicador deverão ser listados, em anexo, com seus respectivos cargos/funções. Exclui-se, neste indicador, o estágio de homologação do processo, protótipo, software ou técnica que, em algumas UPs, se segue à conclusão do trabalho. Tal estágio poderá, eventualmente, constituir-se em indicador específico para a UP. Da listagem comprobatória deverão constar os nomes dos responsáveis.

Memória de Cálculo: PcTD = NPTD / TNSE

Resultado: NPTD = 73
PcTD = 1,43 TNSE = 5
 Previsão = 2,00

A.4. APME – Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

$$\text{APME} = \text{NPTDAPME} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º total de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.

NPTDAPME = (N.º de Processos e Técnicas Desenvolvidos de interesse das Micro, Pequena e Média Empresas, conforme definição do SEBRAE) + (NER = N.º de estudos realizados de interesse das Micro, Pequenas e Médias empresas), ambos medidos pelo N.º de relatórios finais concluídos, no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo: APME = NAPME / TNSE

Resultado: NAPME = 90
APME = 1,78 TNSE = 51
 Previsão = 0,60

Justificativa: o indicador alcançou um nível muito acima do previsto, pois foi fortemente impactado pela grande demanda de laudos técnicos de pequenos produtores do polo Regional de Rochas Ornamentais do NR-ES.

A.5. IPIn - Índice de Inovação

$$\text{IPIn} = \text{NP} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de pedidos de patente por técnico, com três casas decimais.

NP = (N.º de pedidos de privilégio de patente, protótipos, *softwares*, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (N.º de patentes concedidas no país e no exterior), no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo: $IPIn = NP / TNSE$

Resultado: NP= 5
IPIn = 0,098 TNSE= 51
Previsão = 0,050

A.6. IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia

IFATT = VALOR / TNSE

Unidade: R\$ mil / N.º de técnicos, com duas casas decimais.

Valor = (\sum dos valores dos contratos de licenciamento para exploração de patentes – se houver) + (contratos de fornecimento de tecnologias industriais) + (contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica) + (contratos de P&D firmados com o setor produtivo, considerados pelo valor do efetivo ingresso financeiro – regime de caixa – no ano, por meio da UP, suas respectivas fundações e similares).

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo: $IFATT = VALOR / TNSE$

Resultado: Valor = R\$ 3.440.712
IFATT = R\$ 67.464 TNSE = 51
Previsão = R\$ 50.000

A.7. PPACI – Índices de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional.

PPACI = NPPACI

Unidade: n.º de programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa. Em apêndice próprio, será apresentada lista com nome e o país das instituições estrangeiras. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência ao país.

Obs: considerar apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo, excluindo-se, portanto, aqueles programas e projetos que dependem da assinatura de um documento institucional. Como documento institucional/formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados/acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional e sua respectiva contraparte estrangeira.

Memória de Cálculo: PPACI = NPPACI

Resultado:
PPACI = 20
Previsão = 14

A.8. PPACN – Índices de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional

PPACN = NPPACN

Unidade: N.º de Programas, Projetos e Ações, sem casa decimal.

NPPACN = N.º de Programas, projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano a serem listados pela Unidade de pesquisa.

Obs: conceito similar ao PPACI, considerando-se as partes e contrapartes nacionais.

Memória de Cálculo: PPACN = NPPACI

Resultado:
PPACN = 52
Previsão = 43

A.9. ICRE – Índice de Captação de Recursos por Editais

ICRE = FOMENTO / TNSE

Unidade: R\$ mil/N.º de técnicos, sem casa decimal.

Fomento = \sum dos valores captados via edital de fomento à pesquisa (nacionais e internacionais) para desenvolvimento de projetos nas áreas de inovação científica e/ou tecnológica firmados com agentes de fomento via projetos individuais/institucionais dos pesquisadores da UP, sendo considerado pelo valor do efetivo ingresso financeiro - regime de caixa - no ano, por meio da UP.

TNSE = \sum dos Técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: os técnicos deverão ser listados, em anexo.

Obs: este é um indicador novo e por enquanto deverá ter peso zero (0) para que seus resultados sirvam apenas para acompanhamento.

Memória de Cálculo do ICRE:

MODALIDADE	Valor em R\$ (2013)	Valor em R\$ (2014)	Valor em R\$ (2015)	Valor em R\$ (2016)
Fomento	1.350.000	510.000	735.000	510.000
TNSE	54	51	49	51
ICRE	25.000	10.000	15.000	10.000

Memória de Cálculo: ICRE = FOMENTO / TNSE

Valor = R\$ 125.460

TNSE = 51

Resultado:

ICRE = R\$ 2.460

Previsão = R\$ 10.000

Resultado:

PPACN = 52

Previsão = 43

B. Indicadores Administrativos e Financeiros - Análise Individual

B.1. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

$$APD = \{1 - (DM/OCC)\} * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

DM = DM = Σ das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefone e pessoal administrativo terceirizado, no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as fontes 100/150.

Obs: considerar todos os recursos oriundos das dotações de outros OCC, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhados. Além das despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção das instalações, campi, parques e reservas que eventualmente foram mantidos pela UP.

Memória de Cálculo:

$$APD = \{1 - (DM/OCC)\} * 100$$

Resultado:

APD = 24%

Previsão = 12%

DM = R\$ 8.310.966,69

OCC = R\$ 11.075.512,60

B.2. IEO – Índice de Execução Orçamentária

$$IEO = VOE / OCCe * 100$$

Unidade: %, com uma casa decimal.

$VOE = \sum$ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados.

$OCCe$ = Limite de Empenho Autorizado

Memória de Cálculo:	$IEO = VOE / OCCe * 100$
Resultado:	$VOE = R\$ 10.586.247,10$
IEO = 96,3	$OCCe = R\$ 10.987.254,00$
Previsão = 100,0	

Justificativa: o resultado obtido foi abaixo do pactuado, porém muito próximo. A modificação no conceito do indicador que considera o montante empenhado (antes era empenhado e liquidado) contribuiu para o resultado alcançado.

B.3. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC

$$RRP = RTP/OCC * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

RPT = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentários e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais de Apoio à Pesquisa).

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Obs: na receita própria total (RPT), foram incluídos os recursos diretamente arrecadados via (fonte 150): Convênios, recursos extra-orçamentários oriundos de fundações, fundos e agências, Termos de execução descentralizada – TED e excluídos os auxílios individuais concedidos diretamente aos pesquisadores pelo CNPq.

Memória de Cálculo:	$RRP = RTP/OCC * 100$
Resultado:	$RPT = R\$ 4.848.619,26$
RRP = 44	$OCC = R\$ 11.075.512,60$
Previsão = 50	

Justificativa: o resultado alcançado foi muito próximo ao pactuado, porém, não foi atingido em virtude da crise econômica que atingiu o setor minero metalúrgico e dificultou a captação de recursos via Fundações de apoio.

B.4. ILR – Índice de Licitações Realizadas

$$ILR = VTL / OCCe * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

VTL (Valor total Licitado) = Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados no exercício, provenientes de processos licitados, excetuando-se os casos nos quais se aplicam a inexigibilidade e a dispensa de licitação.

OCCe = Limite de Empenho Autorizado.

Memória de Cálculo:	$ILR = VTL / OCCe * 100$
Resultado:	VTL = R\$ 3.389.007,76
ILR = 30	OCCe = R\$ 10.987.254,00
Previsão = 30	

B.5. IMG – Índice de Maturidade de Gestão

IMG = PG

Unidade: n.º, sem casa decimal.

IMG = Indicador de nível de maturidade de Gestão alcançado pelo CETEM, baseado no Instrumento de Avaliação de Gestão Pública (IAGP) 500 pontos do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP/GESPUBLICA) do MPOG.

PG = Σ da pontuação dos itens dos critérios de excelência dispostos no IAGP gera a Pontuação Global do Exercício Corrente.

Obs: considerar para aumento de maturidade a posição correspondente à faixa de pontuação do Relatório de Auto-avaliação (RG) e a Régua do IAGP/MEGP (250 e 500 pontos) utilizada para avaliar as práticas de gestão.

Memória de Cálculo:	$IMG = PG$
Resultado:	$IMG = PG$
IMG = >400	$PG = >400$
Previsão = 170	

Crítérios: Liderança, Estratégias e Planos, Cidadãos, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

Justificativa: O resultado deste indicador corresponde à nota final da avaliação do relatório institucional encaminhado para o Prêmio Qualidade Rio – PQRio, cujo resultado foi aplicado pelo Núcleo Regional do GESPÚBLICA, atual Núcleo Regional de Excelência em Gestão Pública. Cabe destacar que o referido Núcleo Regional vem substituir o Programa GESPÚBLICA, revogado a partir da publicação do Decreto MPOG Nº 9.094 de 2017, tendo como base o mesmo instrumento de avaliação, qual seja, a avaliação MEGP de 500 pontos.

O CETEM conquistou a premiação na Categoria Ouro do Prêmio Qualidade Rio (PQRio) – Ciclo 2016/7. A entrega do Certificado de Nível de Gestão foi feita no dia 29 de novembro, na Solenidade de Entrega de Certificados em Reconhecimento ao Nível da Gestão alcançado pelas Organizações Públicas do Estado do Rio de Janeiro, no encerramento do VII Seminário de Boas Práticas, realizado pelo Núcleo de Excelência em Gestão do Rio de Janeiro.

Com a finalidade de manter a premiação regional do PQRio e em função do notório contingenciamento de recursos do estado do Rio de Janeiro, este vem operando com considerável parcela de voluntários de outras instituições fato que atrasou a entrega da pontuação final dos relatórios das unidades. Embora o resultado final da análise ainda não tenha sido divulgada, a categoria Ouro coloca o CETEM em uma faixa de pontuação entre 400 e 500 pontos.

C. Indicadores de Recursos Humanos – Análise Individual

C.1. ICT – Índice de Capacitação e Treinamento

$$\text{ICT} = \text{ACT} / \text{OCC} * 100$$

Unidade: %, com uma casa decimal.

ACT = Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Obs: Incluir despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP). Excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

Memória de Cálculo: ICT = ACT / OCC * 100

Resultado: ACT= R\$ 177.006,21
ICT = 1,6 OCC= R\$ 11.075.512,60
Previsão = 1,2

C.2. PRB – Participação Relativa de Bolsistas

$$\text{PRB} = \text{NTB} / (\text{NTB} + \text{NTS}) * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

NTB = \sum dos bolsistas (PCI, RD, etc.) no ano.

NTS = N.º total de servidores em todas as carreiras, no ano.

Memória de Cálculo: $PRB = NTB / (NTB + NTS) * 100$

Resultado: NTB = 109

PRB = 51 NTS = 102

Previsão = 40

C.3. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

$PRPT = [NPT / (NPT + NTS)] * 100$

Unidade: %, sem casa decimal.

NPT = Σ do pessoal terceirizado no ano.

NTS = N.º Total de Servidores em todas as carreiras no ano.

Memória de Cálculo: $[NPT / (NPT + NTS)] * 100$

Resultado: NPT = 88

PRPT = 46 NTS = 102

Previsão = 50

Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

5.1 Descrição das estruturas de governança

Desde 2000, todas as ações relacionadas à governança do Centro são decididas em colegiados, DIREX e DIRETEC, com o apoio consultivo do CTC Interno – formado por representantes eleitos pelos servidores e presidido pelo diretor do Centro e é um canal de negociação e discussão de temas importantes para o CETEM.

A governança norteia a atuação dos colaboradores do Centro, está fundamentada em três pilares, de modo a garantir a consistência de atuação da instituição:

1. Atuação colaborativa: a troca de experiências e conhecimentos entre colaboradores internos e parceiros externos é fator chave ao longo de todo o ciclo PD&I.
2. Foco em resultados e aprendizado: dada a incerteza existente em PD&I, as iniciativas devem descrever claramente os resultados a serem alcançados para manter o foco dos envolvidos, e os planos devem ser voltados pra identificar e testar as trajetórias de pesquisa para o alcance dos resultados.
3. Disciplina em gestão: as iniciativas devem ser geridas de maneira sistêmica e padronizada, para garantir a eficiência no uso dos recursos e evitar sua aplicação sem a expectativa de geração de valor.

Desde 2012, a governança do Centro atua no desenvolvimento de um ambiente receptivo à melhoria dos processos internos e inovações por meio da valorização da proatividade, da ideação e proposição de temáticas, da análise de tendências e criação de condições – oficinas, seminários, eventos, palestras, *benchmarking* interno e externo, cooperações/convênios etc. – que permitam que colaboradores e organização se desenvolvam mutuamente.

5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As atividades de correição do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM ocorrem por meio da atuação de Comissão Permanente de Ética (o CETEM aprovou o Código de Ética em novembro de 2014, no qual estão estabelecidos os padrões de conduta e comportamento dos servidores), de Instauração de Processo Administrativo Sumário de Inassiduidade Habitual e Instauração de Comissão de Sindicância.

Os processos instaurados no âmbito do CETEM são registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

No ano de 2016 foi registrado um processo no sistema CGU-PAD, *ainda em andamento*.

No ano de 2017 não foram registrados processos no sistema CGU-PAD. Vide item 12 deste Relatório de Gestão.

As demais demandas são encaminhadas para Comissão de Ética instituída pela Portaria nº 020/2013, publicada no Boletim de Serviço nº 008 de 2013 de 30.04.2013.

5.3 Gestão riscos e controles internos

Desde 1998, o gerenciamento de riscos é feito pontualmente por cada unidade, por meio de mapas de risco químico, físico, biológico, ergonômico e mecânico, para fins de atendimento a requisitos de normas nacionais e internacionais.

Em 2014, a Direção e os colegiados da alta administração passam a considerar a gestão de riscos como uma das prioridades do Plano de Melhoria de Gestão - PMG do CETEM, quando então é criada a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP, com um Plano de Trabalho institucional que estrutura ações integradas entre as áreas, entre as quais se destacam: capacitação em Manuseio e Cuidados com Produtos Perigosos e Plano de Emergência e Evacuação, elaboração anual de Laudos Técnicos e relatório ARA-0014-00-13 (Histórico de Insalubridade e Periculosidade do CETEM), instalação de rampas para deficientes em todas as áreas de acesso do Centro, levantamento periódico das placas de Sinalização de Segurança para instalação entre outras.

Atualmente, a CISSP continua em atividade, realizando reuniões ordinárias e monitorando o Centro por meio de visitas aos setores e obras, além de ser responsável pela confecção dos Mapas de Risco e do documento sobre Prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho.

Em 2016 foi realizada capacitação dos membros a integrar a futura Comissão de Gestão de Riscos do CETEM. A referida Comissão, ainda em implementação, deverá definir as estratégias para identificação, análise e tratamento, em todo o Centro, de eventos em potencial que possam afetar o adequado funcionamento e cumprimento da missão institucional.

O PDU 2017-2021 do CETEM considera, em seu item 6, *Gestão de Riscos* (pág. 30 – link: <http://www.cetem.gov.br/images/gestao/pdu-2017-2021.pdf>) que a ocorrência ou efetivação dos principais riscos está relacionada à capacidade de comprometimento da organização em absorver as demandas do Plano Diretor. Os riscos incluem, também, os relacionados às ameaças identificadas quando da aplicação do SWOT na análise do ambiente interno e externo, como demonstra a Tabela a seguir:

Tabela 5.1 – Planejamento Estratégico 2017-2021: Ameaças ao CETEM

<i>Riscos</i>	<i>Causas</i>	<i>Mitigação</i>
Resistência à mudança por parte de alguns colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Falha na comunicação • Modificação da rotina • Mudança cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Executar o Plano de Comunicação, além de rotinas de comunicação (Newsletter da Estratégia e Apresentação da Execução da Estratégia)
Falta de motivação e engajamento com o PDU	<ul style="list-style-type: none"> • Falha na comunicação • Modificação da rotina • Descrença de que a mudança será positiva para a organização 	<ul style="list-style-type: none"> • Executar o Plano de Comunicação, além de rotinas de comunicação (Newsletter da Estratégia e Apresentação da Execução da Estratégia)
Baixa no desempenho após implementação do PDU	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de aceitação, adaptação e aprendizado do novo cenário • Mudanças da rotina • Ausência de cobranças 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar mecanismos de monitoramento de desempenho.

Mudanças desfavoráveis aos ICTs nas Políticas Econômicas do Ministério	<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade do mercado e políticas fiscais 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar procedimentos de contenção de gastos de custeio e identificar alternativas de financiamento, direto e indireto, para as cooperações junto a novos parceiros e clientes.
Concursos públicos insuficientes para a reposição da equipe	<ul style="list-style-type: none"> • Emenda Constitucional 95/2016 	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar o aumento de PCI's, e outros tipos de bolsas ou contratos provisórios, no quadro de colaboradores.
Queda do preço dos minérios e redução dos investimentos em mineração	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda em desaceleração e produção global de minério ascendente 	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar pesquisas e projetos de aumento de produtividade e redução de custos, de modo a garantir competitividade das empresas de mineração.
Dificuldades encontradas nos processos de aquisição/ contratação	<ul style="list-style-type: none"> • Entraves legais e burocráticos instituídos pela Administração Pública para atender à legislação e regular os processos de compras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adotar parâmetros de comparação, isto é, estruturação e utilização de banco de dados, levantamentos estatísticos, estudos setorializados, e outros, de modo a ter-se fatores de referência, quanto à qualidade, prazos e preços, na área pública e privada, facilitando a análise e decisão nas compras; • Utilizar sempre que possível o sistema de registro de preços. Sua maior utilização diminui custos e agiliza, com vantagens, os procedimentos de compras.
Orçamento restrito	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de contingenciamento com vistas a adequar a execução da despesa ao fluxo de caixa do Tesouro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar novas fontes de recursos para internalização e racionalizar a execução dos gastos discricionários da Unidade.

Fonte: PDU CETEM - 2017/2021

Áreas Especiais de Gestão

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 6.1 – Força de Trabalho da UPC.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	98	98	01	08
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	98	98	01	08
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	98	98	01*	08**
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
3.1. Empregado Público	03	03	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	101	101	01	08

Fonte: SIAPE/SIAPECAD, 2017

*1 redistribuição

** 2 redistribuições, 1 PDV, 5 aposentadorias

Tabela 6.2 – Tipologia dos cargos: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio*	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	34	64
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	64
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
3.1. Empregados públicos	02	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	36	65

** Dos 34 Servidores da área meio, apenas 3 são Analistas em C&T, dos quais somente 1 atua diretamente na área meio.*

Fonte SEGRH, 2017

Tabela 6.3 – Tipologia dos cargos: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão/FCPE	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	14	13		01
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo (Empregado público)	01	01		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	01	01		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	16	15		01

Fonte SEGRH, 2017

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 6.4 – Demonstrativo de despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2017										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	6.284.553,25	431.553,36	1.268.188,69	7.549.706,00	846.835,54	2.091.443,66	0	105.271,42	0	18.577.551,95
	2017	6.746.940,96	462.004,30	1.844.038,84	8.024.527,70	818.126,29	2.283.765,60	1.059,84	0	0	20.180.463,55
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	11.346,85	0	0	0	0	0	0	0	0	11.346,85
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2017										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	117.999,68	0	26.078,85	134.317,20	5.038,00	38.051,59	0	0	0	321.485,32
	2017	6.792,34	0	0	8.529,25	0	2.722,44	0	0	0	18.044,03
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2017										
											20.198.507,58

Fonte SEGRH, 2017

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Composição do quantitativo ideal de servidores do CETEM

Os recursos humanos da instituição representam seu principal valor, hoje, o CETEM conta com 98 servidores 3 Celetistas anistiados pelo DECRETO Nº 6.657, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dos 98 servidores: 18 Pesquisadores, 18 Tecnologistas, 3 analistas, 31 assistentes e 28 técnicos, dos quais 25 podem requerer aposentadoria a qualquer tempo.

Ao longo do exercício de 2017 ocorreram: 5 aposentadorias (1 tecnologista, 3 assistentes e 1 técnico), 2 redistribuições (2 assistentes) e 1 PDV (1 técnico).

Apesar do monitoramento das variáveis que compõem o direito à aposentadoria, não há previsão de reposição dos quadros, o que ocasiona prejuízo à manutenção das atividades institucionais.

Absenteísmo

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), através das Unidades Credenciadas, no caso do CETEM, o Núcleo do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro – NERJ/MS, é responsável pelo controle de afastamento referentes as ações médicas, através de pericia oficial.

Estiveram ausentes no ano de 2017, concedido por **perícia médica oficial**, 22 servidores, perfazendo 1.667 dias. Licenças concedidas por motivo de licença para tratamento de saúde; licença para tratamento de saúde por junta oficial; licença por motivo de doença em pessoa da família, atestados médicos e licença por acidente em serviço.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Contratação de pessoal de apoio

O CETEM, disponibiliza informações relativas aos seus contratos e licitações no seguinte link: <http://www.cetem.gov.br/licitacoes-e-contratos>.

Tabela 6.5 – Contratos de terceirização de mão de obra

Contratada	Quantidade de terceirizados	Valores pagos no ano de 2017
Hopevig Vigilância e Segurança Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do Núcleo Regional do Espírito Santo (NRES).	04	R\$ 469.388,88
Hopevig Vigilância e Segurança Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do CETEM/RJ.	12	R\$ 1.192.275,38
Lapa Terceirizações e Planejamento Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra,	15	R\$ 1.266.941,57

sem emprego de matéria, na Sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.		
Liderança Limpeza e Conservação Ltda O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados no Núcleo Regional do Espírito Santo – NRES do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	05	R\$ 358.571,46
Tecnisan Técnica de Serviços e Comércio Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	20	R\$ 860.793,80
SM21 Engenharia e Construção Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM	18	R\$ 916.633,21

Fonte: SEMPI - SECOF/COADM, 2017

Tabela 6.6 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do Centro de Tecnologia Mineral –	HOPEVIG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA. 05.014.372/0001-90	01/11/2015	31/10/2018	E. Médio	P
2014	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do Núcleo Regional do Espírito Santo (NRES).	HOPEVIG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA. 05.014.372/0001-90	01/12/2015	30/11/2018	E. Médio	P
2015	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de matéria, na Sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. 09.060.537/0001-11	02/01/2015	01/01/2018	E. Fundamental	P
2015	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados no Núcleo Regional do Espírito Santo – NRES do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 00.482.840/0001-38	02/01/2015	01/01/2018	E. Fundamental	P
2016	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	TECNISAN TECNICA DE SERVIÇOS E COMERCIO LTDA. 29.000.841/0001-80	10/12/2016	07/06/2017	E. Fundamental	E

2017	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	TECNISAN TECNICA DE SERVIÇOS E COMERCIO LTDA. 29.000.841/0001-80	14/07/2017	09/01/2018	E. Fundamental	E
2016	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	SM 21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES 02.566.106/0001-82	21/12/2016	18/06/2017	E. Médio	E
2017	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	SM 21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A. 02.566.106/0001-82	19/06/2017	15/12/2017	E. Médio	E

Fonte: SEMPI/COADM, 2017

Contratação de estagiários

O CETEM possui um Programa de Estágio Supervisionado – PES/CETEM.

O Programa oferece regularmente estágios para alunos de graduação e de ensino médio técnico segundo seu Programa de Estágio Supervisionado (PES).

O objetivo do PES é despertar a vocação científica e tecnológica e incentivar novos talentos entre os estudantes de graduação e do ensino médio técnico mediante sua participação em projetos, preparando-os para ingressar na vida profissional. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

As áreas de atuação do estágio abrangem especialmente as ciências e engenharias aplicadas à tecnologia mineral e ambiental, mas também as ciências humanas e sociais aplicadas, gestão pública e biblioteconomia.

O parâmetro básico adotado para a contratação de estagiários é a Lei nº 11.788/2008, a Orientação Normativa 07/2008/MP e Ordem Interna 46/2016/CETEM, que regulamentam a contratação de estudantes.

O rito que antecede a formalização do compromisso contempla a verificação prévia da disponibilidade da vaga e a análise técnica por parte da Comissão de Estágio designada pela ORDEM INTERNA nº 47/2016/CETEM. São observados aspectos como a área de interesse e de aptidão do curso com as atividades que o estagiário irá desenvolver na Instituição bem como o coeficiente de rendimento acumulado - **CRA** do candidato a estágio que deverá ser igual ou superior a 7,0.

Além disso, as atividades descritas pela unidade demandante são avaliadas quanto à possibilidade de desempenho por estagiários.

As vagas para estagiários oferecidas pelo CETEM consideram as seguintes modalidades, tanto para **alunos de graduação** como para **alunos de ensino médio técnico**:

- a) Estágio remunerado em caráter não obrigatório, de acordo com contrato celebrado entre o MCTIC e a empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.
- b) Estágio não remunerado em caráter obrigatório, de acordo com contrato celebrado entre o MCTIC e a empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.
- c) Estágio não remunerado em caráter voluntário, de acordo com as regras do CETEM sobre estagiário voluntário, essencialmente as mesmas das modalidades a e b acima.

Tabela 6.7 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serv.	61.600.839/0001-55	10/05/17	10/05/18	Médio ou Superior	P

Fonte: SEGRH/COADM, 2017

O quantitativo de vagas de estágio é distribuído da seguinte forma:

- i. do total de servidores da carreira de nível superior, nas modalidades a e b mencionadas acima, 20% serão transformados em vagas de estágio para estudantes de graduação (apenas na sede do CETEM, no Rio de Janeiro);
- ii. do total de servidores da carreira de nível médio, nas modalidades a e b mencionadas acima, 10% serão transformados em vagas de estágio para estudantes de ensino médio técnico (apenas na sede do CETEM, no Rio de Janeiro);
- iii. *6 vagas de estágio voluntário para alunos de graduação na sede do CETEM; 4 vagas de estágio voluntário para alunos de graduação no Núcleo Regional (NRES) do CETEM em Cachoeiro de Itapemirim-ES e 4 vagas de estágio voluntário para alunos de ensino técnico médio no NRES.*

Os estágios estão de acordo com contrato celebrado entre o Ministério da CTIC e a empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

No ano de 2017 foram recebidos e supervisionados 22 estagiários de nível superior e nenhum de nível médio ao custo anual de R\$ 69.578,24.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio imobiliário utilizada pelo CETEM é o SPIUnet, complementado com o SIAFI.

O Centro de Tecnologia Mineral possui 02 imóveis, distribuídos geograficamente de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 6.8 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
Brasil	Rio de Janeiro Avenida Pedro Calmon, 900 Cidade Universitária CEP 21940-908	1	1
	Espírito Santo Rodovia Cachoeiro Alegre,00 KM5, Morro Grande Cachoeiro de Itapemirim CEP 29311-970	1	1
Total		2	2

Fonte: SEMPI/COADM, 2017.

Tabela 6.9 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício	
			Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240127	6001.02788.500-400	Regular	12/2017	R\$ 25.552.000,00	R\$ 5.120,00	R\$ 924.433,21
240127	5623.00043.500-1	Bom	12/2017	R\$ 5.734.000,00	R\$ 0,00	R\$ 84.998,12
Total					R\$ 5.120,00	1.009.431,33

Fonte: Siafi Operacional/ SPIUnet, 2017

NOTA: Além da execução orçamentária do exercício de 2017, houve o lançamento de restos a pagar não processados no exercício de 2015, liquidados em 2017.

No exercício de 2017, foi feita atualização do laudo de avaliação dos imóveis do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, para fins de mensuração e lançamento no SPIUnet.

As informações relevantes e detalhadas sobre os imóveis estão disponibilizadas nos links a seguir:

<http://www.cetem.gov.br/institucional/nucleo-regional-do-espírito-santo>

<http://www.cetem.gov.br/institucional>

6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O CETEM não possui imóveis locados de terceiros.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor da Unidade do CETEM possui uma abordagem focada em Desafios Estratégicos, em Diretrizes Institucionais e na definição de Projetos Estruturantes, como forma de sustentar o alcance das metas e o cumprimento da missão / visão da Organização. Constitui-se como instrumento orientador para a execução financeira dos recursos obtidos pelo órgão. O PDTI da unidade parte como desdobramento do PDU, em consonância com esta perspectiva tem como propósito orientar o planejamento e a execução das ações de TI no CETEM de maneira a consolidar a importância estratégica desta área e garantir seu alinhamento com o alcance das metas organizacionais propostas no plano estratégico do Centro. Portanto, consiste em um instrumento essencial para orientar as decisões e ações sobre tecnologia de informação, bem como projetar soluções que possibilitem o apoio aos processos de negócio das atividades voltadas para os processos finalísticos.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC foi criada pela Portaria nº. 26 de agosto de 2014 com a seguinte composição:

- a. CLAUDIO LUIZ SCHNEIDER – Matrícula SIAPE 1354812– Presidente;
- b. OTAVIO DA FONSECA GOMES - Matrícula SIAPE 1287337;
- c. NÚRIA FERNANDEZ CASTRO – Matrícula SIAPE 1696108;
- d. DURVAL COSTA REIS - Matrícula SIAPE 0673530;
- e. ÉRIKA CRISTINA TRAJANO SOLIVA – Matrícula SIAPE 2004066
- f. ANTONIO CARLOS FEITOSA COSTA – Matrícula SIAPE 1520690

No Art. 3º desta portaria está determinado que tal comissão tenha por incumbência auxiliar o SECAT - Seção de Tecnologia da Informação nas seguintes atividades:

- Definir, elaborar e atualizar políticas de aquisição dos recursos computacionais do CETEM;

- Promover e estimular o desenvolvimento da informática internamente no CETEM;
- Definir, elaborar e atualizar a política de segurança da informação do CETEM, e demais políticas de uso associadas;
- Acompanhar e revisar o PDTI do CETEM.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SRH	Função:	Sistema de Recursos Humanos
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas e outras ferramentas do Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SIGTEC	Função:	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e parcialmente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo
SEFIP	Função:	Sistema de Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SCDP	Função:	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo

SIAFI	Função:	Sistema Integrado de Administração Financeira
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SISFAT	Função:	Sistema de Faturamento
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SIAPE	Função:	Sistema de Administração de Pessoal
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Médio
SIASG	Função:	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Alessandra Butler de Souza Donadio
	Criticidade:	Baixo
GDACT	Função:	Sistema de avaliação para Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
INTRANET	Função:	Portal interno de divulgação de informações e documentos internos.

	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Baixo
SITE	Função:	Portal de acesso para divulgação de informações do centro para a sociedade
	Estado Atual:	Sistema em produção com atualização constante.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Alto
PHL	Função:	Sistema de informação de gestão de acervo de coleções e serviços de biblioteca
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Robson de Araújo Dávila
	Criticidade:	Alto

SISTEMAS DE GESTÃO DE PROCESSOS FINALÍSTICOS

SCA	Função:	Sistema de gestão de Laboratório de Análises Minerais.
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Luiz Carlos Bertolino
	Criticidade:	Alto
INFOMIMET	Função:	Sistema agregador de fontes de Informação para o setor Mineiro-Metalúrgico.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Fernando Antonio Freitas Lins
	Criticidade:	Alto

MINERALDATA (1)	Função:	Consulta de banco de dados de recursos minerais
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Baixo
VERBETES	Função:	Sistema de banco de dados de Recursos Minerais e Territórios.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto
MINERALDATA (2)	Função:	Repositório de publicações digitais internas - baseado no software DSPACE.
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Não há plano de capacitação específico para o SECAT.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

No exercício de 2017 o SECAT era constituído por apenas 1 (um) servidor da carreira de C&T (Técnico 2), que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária – PDV, ao final do ano.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Implementação do software Gestão Livre de Parque de Informática (GLPI) como solução de licença aberta para o gerenciamento de recursos de Tecnologia da Informação e, que por sua característica compõe uma plataforma inteiramente web, desobrigando qualquer instalação no disco rígido dos usuários, mas exigindo instalação em um servidor.

Suas principais funcionalidades são:

- ServiceDesk (Helpdesk, SLA, ITIL);
- Gestão sobre ativos do parque;
- Gerenciamento de licenças, Hardware e softwares;
- Inventário Automatizado;
- Relatórios de demandas e Assistência.

Os métodos de autenticação são Active Directory, LDAP e Base Local. O GLPI possui vasto número de plug-ins que podem ser adicionados por meio do seu catálogo, tais como: OCS Inventory-NG (Open Computer and Software Inventory Next Generator).

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

O CETEM, desde 2016 tem trabalhado com intuito de garantir maior segurança para os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), aplicando em seus sites e serviços web tanto internos quanto externos o uso de certificado de segurança ICP-Edu.

Com relação à segurança dos canais de trânsito de e-mail, foi implantado serviço de AntiSpam e antivírus (in-line) baseados em software livre, o que resultou na maior flexibilidade de personalização, manutenção e adaptação as necessidades da instituição.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Ao substituir a solução de virtualização, monitoramento de tráfego e ativos de rede, ferramenta de combate de SPAM e pragas virtuais por meio de e-mail, a instituição deu um importante salto no que tange à redução de custo e a não dependência tecnológica de soluções de TI, fazendo uso de soluções de código livre aumentando a aderência da instituição aos padrões de governo eletrônico (E-PING) e (E-GOV), em alinhamento com o PDTI.

6.3.1 Principais sistemas de informação

SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS		
SRH	Função:	Sistema de Recursos Humanos
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas e outras ferramentas do Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SIGTEC	Função:	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e parcialmente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo
SEFIP	Função:	Sistema de Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SCDP	Função:	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo
SIAFI	Função:	Sistema Integrado de Administração Financeira
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira

	Criticidade:	Alto
SISFAT	Função:	Sistema de Faturamento
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SIAPE	Função:	Sistema de Administração de Pessoal
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Médio
SIASG	Função:	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Alessandra Butler de Souza Donadio
	Criticidade:	Baixo
GDACT	Função:	Sistema de avaliação para Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
INTRANET	Função:	Portal interno de divulgação de informações e documentos internos.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Baixo

SITE	Função:	Portal de acesso para divulgação de informações do centro para a sociedade
	Estado Atual:	Sistema em produção com atualização constante.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Alto
PHL	Função:	Sistema de informação de gestão de acervo de coleções e serviços de biblioteca
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Robson de Araújo Dávila
	Criticidade:	Alto
SISTEMAS DE GESTÃO DE PROCESSOS FINALÍSTICOS		
SCA	Função:	Sistema de gestão de Laboratório de Análises Mineraias.
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Luiz Carlos Bertolino
	Criticidade:	Alto
INFOMIMET	Função:	Sistema agregador de fontes de Informação para o setor Mineiro-Metalúrgico.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Fernando Antonio Freitas Lins
	Criticidade:	Alto
MINERALDATA (1)	Função:	Consulta de banco de dados de recursos mineraias
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Baixo

VERBETES	Função:	Sistema de banco de dados de Recursos Minerais e Territórios.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto
MINERALDATA (2)	Função:	Repositório de publicações digitais internas - baseado no software DSPACE.
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SECAT
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto

Relacionamento com a Sociedade

7.1 Canais de acesso do cidadão

O principal canal de acesso à informação e de relacionamento com o cidadão-usuário é o site institucional, em que estão disponíveis informações e/ou esclarecimentos sobre todos os serviços e produtos fornecidos pelo Centro. Além dessas informações, também são divulgados no site telefones e e-mails de contato, organograma entre outros dados de interesse sobre a instituição.

Desde a criação do Portal do CETEM na Internet, em 1995, ele é aperfeiçoado para que a sociedade tenha acesso às várias atividades realizadas no Centro. A partir de 2011, em atendimento à **Lei nº 12.527/ 2011** e consequente reestruturação do portal, e de 2015, com a adesão ao modelo de acessibilidade “e-mag” do Governo Eletrônico, o cidadão-usuário encontra as últimas notícias, sliders com informações sobre projetos, bolsas, prêmios, publicações, apresentações em seminários, dados de sustentabilidade, acesso a bancos de dados etc.

No site constam para mais de 2600 documentos, a maioria deles disponível para download gratuito incluindo: 68 livros, 300 artigos, 850 trabalhos em anais de congressos, 350 volumes das séries monográficas, 850 trabalhos em Jornadas Internas de Iniciação Científicas, 180 trabalhos em Jornadas Internas do Programa de Capacitação Institucional e 15 capítulos de livros. Além disso, o cidadão tem acesso aos Relatórios de Gestão, Termos de Compromisso de Gestão e à Carta ao Cidadão, todos disponíveis para download. O Portal é de responsabilidade do Núcleo de Comunicação Social (NCS), vinculado à COPGI, atualizado semanalmente.

Outros canais de comunicação direta com os cidadãos-usuários são:

- **Site do CETEM** – atualizado semanalmente, em consonância com o modelo padrão disponibilizado pela Presidência da República, em cumprimento à Instrução Normativa SECOM-PR nº 8, de 19 de dezembro de 2014.
- **CETEM Notícias** – veículo mensal, que reúne as principais notícias do CETEM para o público externo, principalmente. Também é divulgado internamente.
- **PCI News** – veículo sem periodicidade definida, cujas informações veiculadas dizem respeito exclusivamente ao Programa PCI/CNPq/CETEM e bolsistas do referido programa. É divulgado a critério da Comissão PCI ao público interno.
- **Pós-Graduação em Parceria** - veículo sem periodicidade definida, cujas informações veiculadas dizem respeito exclusivamente ao Programa de Pós-Graduação em Parceria do CETEM e alunos do referido programa. É divulgado a critério da Comissão de Pós-Graduação em Parceria ao público interno.
- **PIBIC&T Info** – veículo sem periodicidade definida, cujas informações veiculadas dizem respeito exclusivamente aos Programas PIBIC e PIBITI/CNPq/CETEM e bolsistas dos referidos programas. É divulgado a critério das Comissões PIBIC e PIBITI ao público interno.

- **Estagiário Info** – veículo sem periodicidade definida, cujas informações veiculadas dizem respeito exclusivamente ao Programa de Estágio Supervisionado do CETEM e estagiários do referido programa. É divulgado a critério da Comissão de Estágio ao público interno.
- **Notícias E-mail/Intranet** – outras notícias de cunho interno, assim como portarias, ordens internas e instruções normativas são divulgadas por e-mail ao público interno e armazenadas na intranet
- **Fale conosco** – em que cidadão preenche formulário no site e solicita as informações desejadas;
- **SIC** - Serviço de Informação ao Cidadão, que protocola documentos e requerimentos de acesso à informação, reclamação e recurso;
- **Telefone central** – que recebe e transfere o cidadão direto para a área/responsável que ele desejar;
- Feiras técnicas, bancas, painéis, congressos e seminários, com participação de profissionais do CETEM.

a) Fale Conosco: O canal Fale conosco consiste num formulário eletrônico disponível no site, cujo envio é automaticamente direcionado à área de interesse do solicitante, mediante seleção do campo assunto. A partir daí o responsável pela área recebe o questionamento e responde ao solicitante diretamente

b) SIC: Desde 2013 funciona no CETEM o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), subordinado à COPGI. Compete ao SIC: (a) receber, direcionar e responder solicitações de acesso à informação; (b) orientar sobre os procedimentos de acesso, indicando data, local e modo em que será feita a consulta; e (c) informar sobre a tramitação dos pedidos de informação realizados.

O sistema e-SIC é disponibilizado no Portal de Acesso à Informação do Governo Federal (www.acaoainformacao.gov.br). Todo o monitoramento desse portal é feito pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU. É por meio desse sistema que a CGU direciona aos órgãos competentes os questionamentos propostos, bem como os comunica os prazos para fornecimento das respostas.

Os principais indicadores monitorados são: PSA - Percentual de solicitações atendidas; e, TMRSIC - Tempo médio de respostas ao cidadão.

O SIC fornece informações sobre o perfil dos cidadãos que consultam o CETEM. Em 2017, as consultas apresentam, como principais temas, a busca de informações sobre o CETEM (60%), serviços ofertados (13%) e assuntos relacionados à C&T (12%). O solicitante, em sua maioria, é oriundo do SP (33%), BA (20%), RJ (13,5%) e DF (13,5%). O perfil do solicitante é de estudante (20%), servidor público federal (13%) e pesquisador (13%).

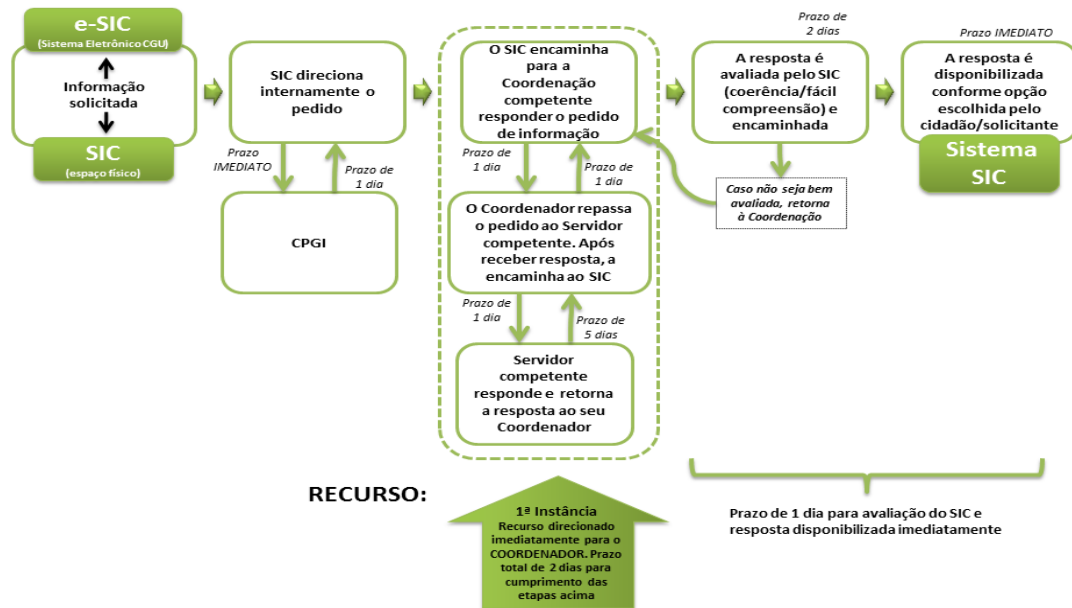
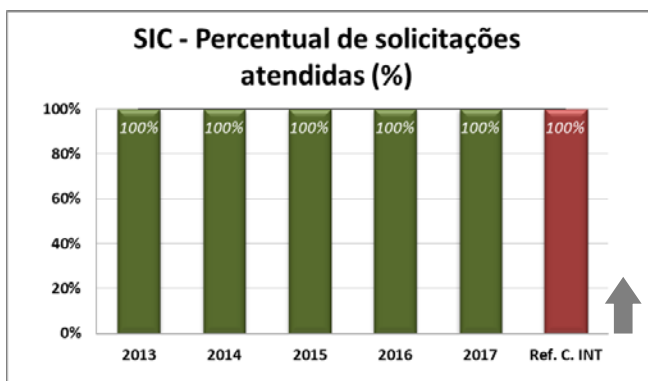


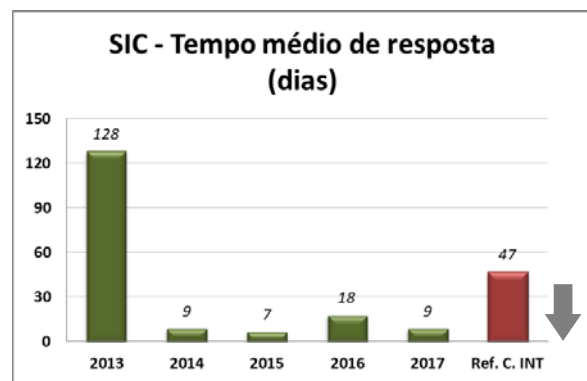
Figura 7.1 – Fluxo no SIC/e-SIC. Fonte: CETEM, 2015

Resultados relativos aos cidadãos-usuários oriundos do e-SIC:



Gráf.7.1 – Indicador social PSA - Percentual de solicitações atendidas pelo Sistema de Informações ao Cidadão.

Fonte: Portal e-SIC, 2017.



Gráf.7.2 – Indicador social TMR - Tempo médio de atendimento ao cidadão em dias.

Fonte: Portal e-SIC, 2017

Nota: O Referencial comparativo (Ref. C.) do CETEM, para os indicadores sociais acima, é o Instituto Nacional de Tecnologia - INT.

c) Informes: Outra prática voltada para o atendimento dos *interesses de parceiros e da sociedade* é a elaboração dos informes externos, que são transmitidos por meio do CETEM Notícias, clipping enviado para mais de 5 mil endereços eletrônicos, que incluem autoridades governamentais, empresas e associações empresariais, profissionais autônomos, associações sociais que se relacionam com o Centro, representantes da comunidade técnico-científica e acadêmica, entre outros. A periodicidade dessa publicação é mensal, podendo ser quinzenal, excepcionalmente. Para outros relacionamentos, como a mídia, a área de Comunicação elabora releases em conjunto com os pesquisadores e os envia a grandes veículos de comunicação e mídia especializada.

d) Eventos Externos: Anualmente os *pesquisadores e bolsistas participam de eventos* destinados ao público não especializado. Desde 2006, essa participação permite a criação e publicação de vários materiais educativos sobre tecnologia mineral e ambiental para esse público, como histórias em quadrinhos (Série Wandeca), cartilhas, jogos, tabela periódica ilustrada e outros materiais de divulgação. Além disso, existem ações do MCTIC como, por exemplo, a Semana Nacional de Ciência Tecnologia, de periodicidade anual, e o Encontro anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, também anual, em que o CETEM e outras Unidades de Pesquisa - UP interagem diretamente com a sociedade.

A participação de pesquisadores e bolsistas em eventos técnicos científicos ao longo do ano, em diversos estados do Brasil, bem como no exterior, também é uma fonte de divulgação e transparência institucional. Todos os anos o CETEM avalia e conceitua os bolsistas por meio de jornadas, em que uma banca externa é convidada a avaliar seus bolsistas e respectivos projetos institucionais.

7.2 Carta ao Cidadão

A Carta ao Cidadão do CETEM foi lançada em 2015 sob responsabilidade do Núcleo de Apoio à Gestão (NAG) e é divulgada sistematicamente a cada evento interno e externo, por meio de folhetos institucionais, que são distribuídos pela equipe de comunicação para todos os participantes. Nessas oportunidades são propagados os canais de relacionamento do CETEM.

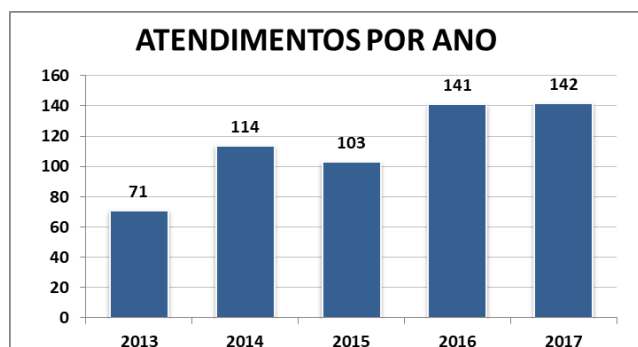
Os compromissos da Carta ao Cidadão CETEM estão contidos na missão institucional e nos serviços ofertados aos públicos-alvo da instituição, os quais são resultantes da execução das competências regimentais e dos processos finalísticos do Centro.

O acesso à Carta ao Cidadão se dá pelo link:

www.cetem.gov.br/images/gestao/carta_cidad_ao.pdf

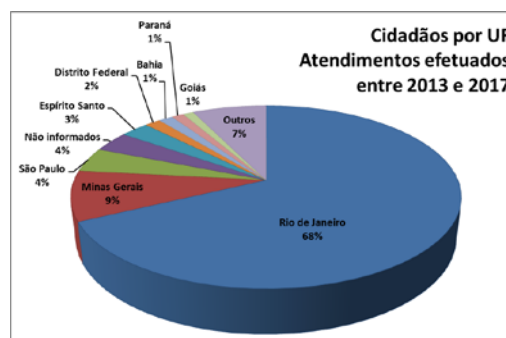
Uma prática iniciada com a elaboração da Carta ao Cidadão e com a participação do CETEM nos Programas de Excelência em Gestão Pública são os indicadores sociais. Criados a partir de 2015, objetivam mensurar a acessibilidade do CETEM ao cidadão comum que, munido de seu CPF procura as instalações de P&D do Centro, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, em busca de consultas e soluções técnicas excepcionais. Como exemplo de consultas, temos a identificação de metais preciosos, pedras, gemas e rochas, onde os pesquisadores emitem um parecer verbal indicando as características aparentes do material apresentado. São números expressivos que demonstram o reconhecimento do CETEM pela sociedade como autoridade pública no setor mineral.

Atendimentos efetuados pelo Laboratório de Pesquisas Gemológicas – LAPEGE



Gráf.7.3 – Indicador social IADS - Nº de atendimentos a pessoas físicas efetuados no ano. Comparativo de atendimentos – 2013 a 2017.

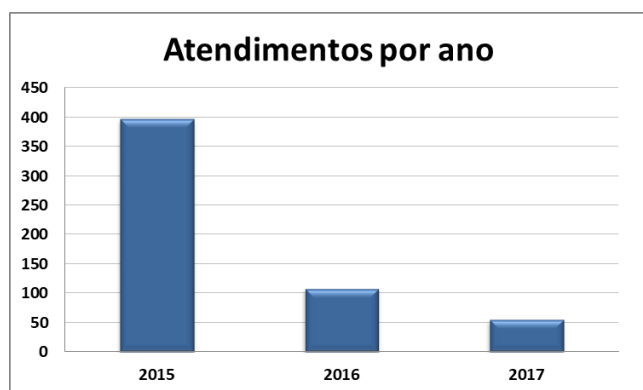
Fonte: NAG, 2017.



Gráf.7.4 – Totais de atendimentos por UF com base no somatório de 2013 a 2017

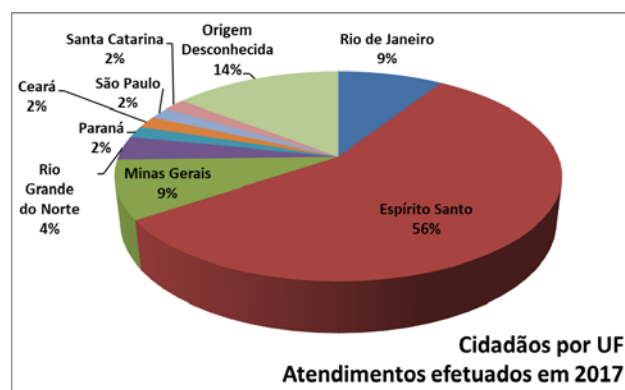
Fonte: NAG, 2017.

Atendimentos efetuados pelo Núcleo Regional do ES – NRES



Gráf.7.5 – Indicador social IADS - Nº de atendimentos a pessoas físicas efetuados no ano. Comparativo de atendimentos – 2015 a 2017

Fonte: NAG, 2017.



Gráf.7.6 – Totais de atendimentos por UF com base no ano de 2017

Fonte: NAG, 2017.

Nota: O NRES foi inaugurado em 2015, o que explica o grande número de atendimentos naquele ano.

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A partir de 2013, são adotados os critérios para atendimento e satisfação do cliente, em concordância com o estabelecido pela **Norma NBR ISO/IEC 9001**, incluindo pesquisa de satisfação do usuário e da **Norma NBR ISO/IEC 17025**, de competência laboratorial. As pesquisas são acompanhadas pelas coordenações Coordenação de Análises Minerais (COAMI), Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas (COROM), Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais (COPTM) e Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais (COPMA).

O Escritório de Gestão de Projetos, núcleo de apoio criado após o Planejamento Estratégico 2017-2021, deu início à rotina de pesquisa de satisfação com a finalidade de medir a satisfação dos clientes/parceiros externos do CETEM, bem como identificar eventuais e possíveis oportunidades de melhoria no desenvolvimento de projetos, por meio de um questionário com cinco (5) perguntas

objetivas, feitas diretamente ao cliente/parceiro após a entrega dos relatórios parciais e/ou ao final do projeto.

A partir de 2016, foi disponibilizada para todas as unidades do CETEM a ferramenta “Pesquisa.Gov” — veículo padrão do Núcleo Regional de Gestão Pública RJ para aferição da qualidade dos trabalhos desenvolvidos e identificação de eventuais oportunidades de melhorias nos processos.

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal da instituição - <http://www.cetem.gov.br/> -, o cidadão encontra as últimas notícias, *sliders* com informações sobre projetos, bolsas, prêmios, publicações, apresentações em seminários, dados de sustentabilidade, acesso a bancos de dados etc. No rodapé do site há um *link* para o site “**Transparência Pública**”, que informa os requisitos para disponibilização dos dados ao público, em que é possível buscar as informações relativas a compras governamentais, gastos, salários e outros, de cada instituição pública, incluindo o CETEM. Outro *link* disponibilizado na página do CETEM remete para o site “**Acesso à informação**”, que operacionaliza a Lei de Acesso à Informação e dá competência ao CETEM para conceber o seu Sistema de Acesso à Informação.

A transparência da gestão também pode ser verificada através da disponibilização dos Documentos de Gestão no Portal, como os Relatórios de Gestão, Termos de Compromisso da Gestão, Plano Diretor da Unidade e Carta ao Cidadão que fornecerem informações úteis sobre a nossa atuação, encontrados no link: <http://www.cetem.gov.br/documentos-de-gestao>.

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP, em seu Plano de Trabalho é responsável por ações integradas institucionais, dentre elas a instalação de rampas para deficientes em todas as áreas de acesso do Centro e o levantamento periódico das placas de Sinalização de Segurança para instalação. Realizam reuniões ordinárias mensais e monitoram o Centro por meio de visitas aos setores e obras.

Instituições de Ensino e de C&T, Estudantes e Profissionais de CT&I e a Sociedade acessam fisicamente o Centro durante os eventos de popularização da ciência, quando agendam visitas às instalações do CETEM - inclusive guiadas - aos laboratórios e usina piloto. Têm acesso às práticas de identificação de gemas e metais preciosos, em que o cidadão agenda visita ao Laboratório de Pesquisas Gemológicas – LAPEGE e pode obter um parecer verbal para identificação de joias, pedras preciosas, dentre outros. Essa busca pelo CETEM levou à sistematização das práticas, gerando um espaço na página institucional para agendamento das visitas e busca por material institucional, além de descrição dos equipamentos de identificação, no caso das gemas e metais preciosos.

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Este Centro está aplicando os dispositivos contidos na NBC T 16.9, no que se refere à depreciação e amortização; porém, ainda não foi constituída uma nova comissão para atender aos dispositivos na NBC T 16.10.

O Centro utiliza o método de cotas constantes para cálculo de depreciação e amortização. Observa-se que o principal impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 foi a atualização do valor dos bens adquiridos a partir de 2010.

8.2 Sistemática de apuração de custos da unidade

Em decorrência da insuficiência de pessoal no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e suas unidades de pesquisa, desde o exercício de 2011, não foi possível estruturar, organizar e fazer funcionar a setorial de custos, a fim de desempenhar as atividades definidas no Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal – MPCUST, elencadas no art. 12, da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014.

Em 2016, ocorreu a fusão entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, determinada pela Lei n.º 13.341, de 29 de setembro de 2016, transformando-os em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na sequência foi publicada a Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016 que definiu a nova estrutura do Órgão, bem como criou a Divisão de Informação de Custos, subordinada à Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Diretoria de Administração, da Secretaria Executiva, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Em 2016, ocorreu a promulgação da Emenda do teto dos gastos públicos, a PEC 55/2016, limitando de forma drástica os gastos públicos por duas décadas, sendo o primeiro ano de vigência 2017, surgindo assim, um grave cenário de restrição orçamentária, motivo pelo qual não foi possível dar início ao processo de divulgação acerca da sistemática de custos junto às Unidades de Pesquisa e Órgãos Vinculados a este Ministério.

Conscientes da importância da apuração, avaliação e divulgação dos custos dos projetos e atividades do órgão, uma das metas estabelecidas para a Divisão de Informação de Custos foi a de desenvolver um Projeto de implementação de apuração de custos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, a ser inicialmente implementado a partir de 2018.

A Gerência de Informações de Custos – GEINC, da Subsecretaria de Contabilidade Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional reformulou o Sistema de

Informações de Custos do Governo Federal, disponibilizado aos usuários no final de 2017.

O Portal de Custos tem como principal objetivo fomentar a prática da gestão de custos no setor público brasileiro, buscando consolidar a utilização das informações nos processos decisórios, contribuindo para a melhoria da qualidade do gasto público, podendo ser acessado por meio de painéis interativos, de uma forma rápida e dinâmica, no seguinte endereço: <http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacoes/portal-de-custos>

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal é um instrumento especialmente indicado para aqueles que ainda não desenvolveram seus próprios modelos, podendo servir como um ponto de partida para que os órgãos elaborem, posteriormente, seus modelos personalizados para atendimento às suas especificidades e necessidades.

Sendo assim, até que o Ministério defina as necessidades da Administração Central, Unidades de Pesquisa e Órgãos Vinculados, o sistema a ser utilizado para a extração dos relatórios de custos será o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis constam no Capítulo 10, Anexos e Apêndices.

Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no exercício de 2017.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Das dezenove (19) recomendações oriundas do Acórdão nº 3795/2014 – 1ª Câmara, dezoito (18) foram consideradas atendidas pela Controladoria-Geral da União e apenas uma (01) continua sendo monitorada, conforme descrição abaixo.

A planilha contendo as informações do Sistema de Acompanhamento de Recomendações - Monitor CGU, segue em anexo neste Relatório.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	201306032	-	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752	
Descrição da Recomendação			
Identificar as ações previstas no Plano de Melhoria da Gestão do CETEM 2012 que ainda não foram iniciadas e as que estão com ritmo lento de implementação, analisar os pontos críticos e traçar estratégia adequada para garantir que o Plano seja executado com êxito.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação (COPGI) Diretoria do CETEM	024752
Síntese da Providência Adotada	
<p>Como estratégia, o documento apresentou a seguinte informação:</p> <p>Em 2017, foi informado ao CGU o que segue:</p> <p>Providências adotadas:</p> <p>a) Segue em anexo, o Plano de Melhoria da Gestão do CETEM – 2014, o qual registra o exercício de proposição de melhorias de gestão, realizado na fase de elaboração do RG/2014 formulado pelo CETEM, o qual levou em conta a análise do Relatório de Gestão feita pelo TCU e CGU, as Oportunidades de Melhoria – OM's levantadas no PMG de 2012 e as OM's levantadas na elaboração do Relatório de Autoavaliação 2014.</p> <p>b) De acordo com o Ofício nº 13346/2015/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 09/06/2015, a recomendação foi atendida parcialmente.</p> <p>Em 2017 o CETEM avançou na implementação de seu PDU 2017-2021, oriundo do Planejamento Estratégico com as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão de seu Regimento Interno (encaminhado em novembro de 2017 para aprovação do MCTIC) • Finalização de seu PDU (Já disponibilizado no site do CETEM) • Implementação da estrutura matricial (Organograma proposto já disponibilizado no site do CETEM) • Revisão do Novo Modelo de Governança (Já redigido e aguardando a análise da alta direção) • Concepção de indicadores de gestão (O PDU 2017-2021 apresentou os indicadores, que foram apontados no TCG de 2017 e propostos para o TCG de 2018) • Adoção dos Desafios Estratégicos – Água, Energia e Resíduos; Minerais Estratégicos; e Rochas Ornamentais (já contemplados no novo organograma do CETEM) • Criação do Escritório de Gestão de Projetos (Serviço criado e suas competências descritas no novo regimento proposto) • Implementação do Plano de Negócios do CETEM (Parte das competências do Serviço do Escritório de Gestão de Projetos) 	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>O Planejamento Estratégico 2017-2021 contemplou programas que atendessem a demandas estratégicas do Governo e desafios tecnológicos do setor produtivo. Previu-se um modelo de gestão mais dinâmico para atender com flexibilidade a mudanças de prioridades. Um Plano Científico e Tecnológico atualizado anualmente definiu os objetivos específicos e projetos para os próximos cinco anos.</p>	

Os desafios e projetos do novo PDU foram sintonizados com as diretrizes da Política Nacional de CT&I e alinhados com a Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019). O Centro continuamente se alinha às políticas industriais vigentes e ao Plano Nacional de Mineração 2030.

Os resultados estão listados no item acima “síntese da providência adotada”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os desafios ao alcance dos resultados se dão pela restrição orçamentária, a carência de pessoal, em especial a falta de gestores e Analistas em C&T.

Último Posicionamento CGU

Entendemos que somente após a conclusão do PDU 2017-2021 do CETEM é que será possível reavaliar a situação desta recomendação quanto ao seu atendimento ou não.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve ocorrências no exercício 2017.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

As obrigações assumidas pela unidade são cumpridas da seguinte maneira: para contratos relativos a terceirização energia elétrica, gás e água, o pagamento é realizado mensalmente através de fatura. Para compras, o pagamento é realizado imediatamente após a entrega e a conferência do material. Desse modo, atende as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93, segundo o qual a unidade deve obedecer a estrita ordem cronológica das datas das exigibilidades das obrigações contratuais que assume.

Outrossim, o CETEM elabora mensalmente um cronograma de pagamento de suas obrigações de acordo com o vencimento e ordem de chegadas das faturas, bem como disponibiliza o cronograma no link <http://www.cetem.gov.br/images/despesas/relatorio-ordem-cronologica-pagamento.pdf> conforme determina a Instrução Normativa 02/2016 no seu artigo 5º § 2º.

Tabela 9.1 - Pagamentos efetuados com recursos da União

Mês = 11, Exercício = 2017

ORDEM CRONOLÓGICA - CATEGORIA 1 - FORNECIMENTO DE BENS						
Nº Nota Fiscal	Fornecedor	CNPJ	Nº OB	Liquidação	Pagamento	Valor
3352	TRADE LAB NEW PRODUTOS E EQUIP. PARA LABORATÓRIO	07.922.266/0001-30	2017OB800469	01/11/2017	10/11/2017	R\$ 3.800,00
642898	SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA	68.337.658/0001-27	2017OB800537	07/11/2017	16/11/2017	R\$ 2.232,00
16737	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S/A	35.820.448/0007-21	2017OB800483	11/11/2017	17/11/2017	R\$ 85,70
43363	BOMAX NO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	52.559.499/0001-75	2017OB800482	14/11/2017	16/11/2017	R\$ 355,82
1336	PONTUAL COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA - ME	17.047.030/0001-56	2017OB800487	14/11/2017	22/11/2017	R\$ 872,80
79	CR Energia e Informática Eireli - PP	25.329.167/0001-21	2018OB800069	14/11/2017	22/11/2017	R\$ 1.600,00
59	DG ENTERPRISES LTDA	27.162.489/0001-54	2017OB800497	22/11/2017	24/11/2017	R\$ 395,00
2165	RONI ALZI VIDROS CIENTÍFICOS LTDA	30.313.266/0001-55	2017OB800517	23/11/2017	28/11/2017	R\$ 1.152,80
1004	BRIZOMAC COMERCIAL LTDA - EPP	03.249.552/0001-26	2017OB800498	23/11/2017	28/11/2017	R\$ 6.890,00
2010	VIPE COMERCIAL EIRELI - EPP	17.526.067/0001-67	2017OB800501	23/11/2017	29/11/2017	R\$ 695,00
6573	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARALABORATÓRIO LTDA	10.737.688/0001-40	2017OB800502	24/11/2017	28/11/2017	R\$ 6.529,99
783570	Mario Telmo Delfino Camargo	26.741.810/0001-92	2017OB800518	29/11/2017	04/12/2017	R\$ 559,10
ORDEM CRONOLÓGICA - CATEGORIA 2 - LOCAÇÃO						
Nº Nota Fiscal	Fornecedor	CNPJ	Nº OB	Liquidação	Pagamento	Valor
FATURA 3660 - OUTUBRO 2017	VICMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA	05.630.085/0001-05	2017OB800500	17/11/2017	29/11/2017	R\$ 4.328,52
ORDEM CRONOLÓGICA - CATEGORIA 3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.						
Nº Nota Fiscal	Fornecedor	CNPJ	Nº OB	Liquidação	Pagamento	Valor
NFS-E 49221	CM COMANDOS LINEARES LTDA	52.898.194/0001-98	2017OB800463	01/11/2017	01/11/2017	R\$ 1.103,00
CONTA 43854847 - OUTUBRO 2017	BRK AMBIENTAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.	02.628.150/0001-70	2017OB800467	06/11/2017	15/11/2017	R\$ 804,05
NFS-E 188094 - OUTUBRO 2017	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA	00.028.986/0020-70	2017OB800546	06/11/2017	20/12/2017	R\$ 650,00
NFS-E 32503 - OUTUBRO 2017	Central Coop Rio de Janeiro	15.150.415/0001-19	2017OB800557	09/11/2017	16/11/2017	R\$ 753,84
NFS-E 738	Fênix Comércio e Serviço de Extintor LTDA	08.976.774/0001-64	2018OB800038	09/11/2017	17/11/2017	R\$ 324,00
NFS-E 201700000002629 - OUTUBRO 2017	OPERAÇÃO RESGATE - TRANSPORTES LTDA	03.788.266/0001-39	2017OB800521	09/11/2017	08/12/2017	R\$ 3.054,24
NFS-E 6525 - NOVEMBRO 2016	HIDROLAB DO BRASIL LTDA	04.339.519/0001-50	2017OB800486	13/11/2017	13/11/2017	R\$ 330,00

FATURA 796685/2017 - OUTUBRO 2017	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL - EXEC. ORÇ.	04.196.645/0001-00	2017OB800053	14/11/2017	06/12/2017	R\$ 396,48
NFS-E 04	TOBARICH CONSULTORIA E SERVIÇOS DE MEIO AMBIENTE LTDA	05.976.958/0001-36	2017OB800490	22/11/2017	22/11/2017	R\$ 8.000,00
43	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2018OB800112	22/11/2017	28/11/2017	R\$ 650,00
49	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2018OB800111	22/11/2017	28/11/2017	R\$ 4.550,00
NF-E 2403 - SERIE E	TRAMPP COMÉRCIO E RECICLAGEM DE PRODUTOS INDUSTRIAIS LTDA	59.205.294/0001-30	2017OB800526	23/11/2017	29/11/2017	R\$ 4.344,30
NFS-E 50	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2017OB800533	24/11/2017	12/12/2017	R\$ 650,00
NFS-E 45	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2017OB800530	24/11/2017	12/12/2017	R\$ 650,00
NFE-S 44	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2017OB800529	24/11/2017	12/12/2017	R\$ 650,00
NFS-E 42	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2017OB800528	24/11/2017	12/12/2017	R\$ 650,00
NFS-E 48	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2017OB800532	27/11/2017	12/12/2017	R\$ 650,00
NFS-E 47	CM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS LTDA - ME	24.661.769/0001-19	2017OB800531	27/11/2017	12/12/2017	R\$ 650,00
NFS-E 7951 - OUTUBRO/2017	HIDROLAB DO BRASIL LTDA	04.339.519/0001-50	2017OB800514	29/11/2017	05/12/2017	R\$ 380,00
ORDEN CRONOLÓGICA - CATEGORIA 4 - PEQUENOS CREDORES						
Nº Nota Fiscal	Fornecedor	CNPJ	Nº OB	Liquidação	Pagamento	Valor
NOTA FISCAL 0518996411217 - MATRICULA 0518996-4 -	COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE	33.352.394/0001-04	2017OB800494	01/11/2017	01/12/2017	R\$ 12.761,60
CONTA 0122450977 - NFST 001.868.216/10	TELEFONICA BRASIL S.A.	02.558.157/0014-87	2017OB800457	01/11/2017	08/11/2017	R\$ 457,08
NF 001.626.834 - OUTUBRO 2017	ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS SOCIEDADE ANONIMA	28.152.650/0001-71	2017OB800471	06/11/2017	22/11/2017	R\$ 4.989,08
FATURAS 1800079786383 - OUTUBRO 2017 - CACHOEIRO	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	33.000.118/0001-79	2017OB800470/508/509	07/11/2017	20/11/2017	R\$ 555,32
FATURA 340822 - OUTUBRO/2017	E.C.T. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0002-94	2017OB800474	09/11/2017	21/11/2017	R\$ 1.740,72
NF 25312 - OUTUBRO 2017	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADES S.A.	60.444.437/0001-46	2017OB800475	09/11/2017	24/11/2017	R\$ 98.087,76
NFS-E 2017/102 - SETEMBRO/2017	IBROWSE CONSULTORIA & INFORMÁTICA LTDA	02.877.566/0001-21	2017OB800478	10/11/2017	21/11/2017	R\$ 64.290,00
NFS-E 222218 - OUTUBRO 2017 (CACHOEIRO)	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	00.482.840/0001-38	2017OB800503	13/11/2017	17/11/2017	R\$ 27.230,55
NFS-E 4078 - OUTUBRO 2017	TECNISAN - TÉCNICA DE SERV. E COM. LTDA	29.000.841/0001-80	2017OB800476	14/11/2017	22/11/2017	R\$ 61.966,42
NFS-E 4079 - OUTUBRO 2017	TECNISAN - TÉCNICA DE SERV. E COM. LTDA	29.000.841/0001-80	2017OB800477	14/11/2017	22/11/2017	R\$ 25.278,31

NFS-E 9863 - OUTUBRO 2017	HOPEVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	05.014.372/0001-90	2017OB800491	16/11/2017	22/11/2017	R\$ 97.448,75
FATURA 1200108740147 - OUTUBRO 2017 - RECIFE	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	33.000.118/0001-79	2017OB800493	17/11/2017	30/11/2017	R\$ 125,66
NFS-E 2017/119 - SETEMBRO/2017	IBROWSE CONSULTORIA & INFORMÁTICA LTDA	02.877.566/0001-21	2017OB800496	22/11/2017	28/11/2017	R\$ 64.290,00
NFS-E 3826 - OUTUBRO 2017	SM 21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	02.566.106/0001-82	2017OB800505	23/11/2017	29/11/2017	R\$ 79.689,92
NFS-E 5727 - OUTUBRO 2017	LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA	09.060.537/0001-11	2017OB800504	23/11/2017	29/11/2017	R\$ 80.745,21
NFS-E 1937 (CACHOEIRO) - OUTUBRO 2017	HOPEVIG VIG. E SEGURANCA LTDA - ES	05.014.372/0003-52	2017OB800507	23/11/2017	01/12/2017	R\$ 23.141,31
FATURA 2000630030303 - NOVEMBRO 2017	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	33.000.118/0001-79	2017OB800547	24/11/2017	27/12/2017	R\$ 4.574,05

Fonte: COADM, 2017

NOTAS:

Pagamento de Contratos: O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta.

Despesas não superiores a R\$ 8.000,00: Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Demais casos: 30 dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A UPC não possui contratos firmados vigentes revisados com benefícios à desoneração da folha de pagamento.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Tabela 9.2 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados (R\$)	Valores pagos (R\$)
Institucional	-	-	-
Legal	2106/2000	17.000,00	7.049,86
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SECOF/COADM, 2017

ANEXOS

- Anexo 1 – Balanço Financeiro
- Anexo 2 – Balanço Orçamentário
- Anexo 3 – Balanço Patrimonial
- Anexo 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa
- Anexo 5 – Demonstrações das variações patrimoniais

APÊNDICES

- 11. ROL DE RESPONSÁVEIS
- 12. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO
- 13. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE
 - 13.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal
 - 13.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 - 13.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8730 de 1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas
 - 13.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 - 13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
 - 13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI
- 14. PLANILHA DE MONITORAMENTO - Sistema de Acompanhamento de Recomendações - Monitor CGU



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 27/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	12.068.227,26	10.801.283,71
Ordinárias	-	-	Ordinárias	3.176.540,94	10.672.457,92
Vinculadas	-	-	Vinculadas	8.891.686,32	128.825,79
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	8.891.686,32	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		128.825,79
Transferências Financeiras Recebidas	10.210.781,72	12.954.426,77	Transferências Financeiras Concedidas	1.270.501,00	39.897,54
Resultantes da Execução Orçamentária	9.610.781,72	10.597.726,77	Resultantes da Execução Orçamentária	-	1.308,60
Repasso Recebido		15.000,00	Sub-repasso Concedido		1.308,60
Sub-repasso Recebido	9.610.781,72	10.582.726,77	Independentes da Execução Orçamentária	1.270.501,00	38.588,94
Independentes da Execução Orçamentária	600.000,00	2.356.700,00	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.260.000,00	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	600.000,00	2.356.700,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	10.501,00	38.588,94
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	3.095.864,30	2.147.667,63	Despesas Extraorçamentárias	1.611.049,62	2.713.508,85
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	309.745,52	797.581,10	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	797.521,10	457.422,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.718.682,62	1.284.461,28	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	813.528,52	2.256.086,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.375,10	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	49.061,06	65.625,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	49.061,06	65.625,25			
Saldo do Exercício Anterior	1.938.462,02	391.057,72	Saldo para o Exercício Seguinte	295.330,16	1.938.462,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.938.462,02	391.057,72	Caixa e Equivalentes de Caixa	295.330,16	1.938.462,02
TOTAL	15.245.108,04	15.493.152,12	TOTAL	15.245.108,04	15.493.152,12

Nota Explicativa SECOF/COADM - CETEM:

O valor de R\$ 8.891.686,32 (Oito milhões, oitocentos e noventa e um mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos), referente à coluna de despesas orçamentárias, foi especificado no Balanço Financeiro como operação de crédito, em virtude da despesa ter onerado a fonte 88 (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional) e esta estar vinculada a essa modalidade de despesa. O Tesouro já foi questionado pela Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira – COCF, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC; pois a despesa, de fato, não corresponde a Operação de Crédito.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	12.068.227,26	12.068.227,26
TOTAL	-	-	12.068.227,26	12.068.227,26
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	-	-	10.022.430,65	8.432.240,00	8.135.644,49	-10.022.430,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	21.392,42	21.392,42	21.392,42	-21.392,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	10.001.038,23	8.410.847,58	8.114.252,07	-10.001.038,23
DESPEAS DE CAPITAL	-	-	2.045.796,61	917.304,64	904.154,63	-2.045.796,61
Investimentos	-	-	2.045.796,61	917.304,64	904.154,63	-2.045.796,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	-	-	12.068.227,26	9.349.544,64	9.039.799,12	-12.068.227,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/03/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	12.068.227,26	9.349.544,64	9.039.799,12	-12.068.227,26
TOTAL	-	-	12.068.227,26	9.349.544,64	9.039.799,12	-12.068.227,26

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	149.317,83	1.155.805,30	739.652,54	684.872,54	265.585,30	354.665,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	149.317,83	1.155.805,30	739.652,54	684.872,54	265.585,30	354.665,29
DESPESAS DE CAPITAL	-	128.655,98	128.655,98	128.655,98	-	-
Investimentos	-	128.655,98	128.655,98	128.655,98	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	149.317,83	1.284.461,28	868.308,52	813.528,52	265.585,30	354.665,29

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	739.791,10	739.731,10	60,00	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	739.791,10	739.731,10	60,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	57.790,00	57.790,00	-	-
Investimentos	-	57.790,00	57.790,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	797.581,10	797.521,10	60,00	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 27/03/2018	PAGINA 1
--------------------	----------

SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL
-----------	---------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	3.224.361,82	4.482.902,82	PASSIVO CIRCULANTE	505.843,68	828.856,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	295.330,16	1.938.462,02	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	462.878,86	797.581,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.929.031,66	2.544.440,80	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	42.964,82	31.275,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	47.505.146,36	46.027.768,11	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	505.843,68	828.856,10
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-		2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	47.009.793,41	45.531.530,24	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	18.924.964,86	18.723.662,34	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	22.557.523,43	21.531.558,43	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3.632.558,57	-2.807.896,09	Resultados Acumulados	50.223.664,50	49.681.814,83
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	660.768,37	-7.360.442,53
Bens Imóveis	28.084.828,55	26.807.867,90	Resultados de Exercícios Anteriores	49.681.814,83	57.083.731,78
Bens Imóveis	28.099.919,23	26.807.868,03	Ajustes de Exercícios Anteriores	-118.918,70	-41.474,42
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-15.090,68	-0,13	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.223.664,50	49.681.814,83
Intangível	495.352,95	496.237,87			
Softwares	495.352,95	496.237,87			
Softwares	509.596,38	497.196,37			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-14.243,43	-958,50			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	50.729.508,18	50.510.670,93	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.729.508,18	50.510.670,93

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	295.330,16	1.938.462,02	PASSIVO FINANCEIRO	3.432.743,53	2.262.635,21
ATIVO PERMANENTE	50.434.178,02	48.572.208,91	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	47.296.764,65	48.248.035,72

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.446.169,89	1.709.620,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.608.791,21	2.028.230,02
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.446.169,89	1.709.620,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.608.791,21	2.028.230,02
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.408.669,89	1.320.000,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	352.120,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	37.500,00	37.500,00	Obrigações Contratuais a Executar	2.608.791,21	2.028.230,02
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.446.169,89	1.709.620,00	TOTAL	2.608.791,21	2.028.230,02

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.846.366,29
Recursos Vinculados	-1.291.047,08
Operação de Crédito	-1.339.086,60
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.039,52
TOTAL	-3.137.413,37



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-552.531,25	3.306.852,59
INGRESSOS	10.278.217,88	13.020.052,02
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	10.278.217,88	13.020.052,02
Ingressos Extraorçamentários	18.375,10	-
Transferências Financeiras Recebidas	10.210.781,72	12.954.426,77
Arrecadação de Outra Unidade	49.061,06	65.625,25
DESEMBOLSOS	-10.830.749,13	-9.713.199,43
Pessoal e Demais Despesas	-9.516.957,63	-9.622.576,54
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-7.406.584,08	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-2.110.373,55	-9.607.576,54
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-15.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-43.290,50	-50.725,35
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-43.290,50	-50.725,35
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.270.501,00	-39.897,54
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.270.501,00	-39.897,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.090.600,61	-1.759.448,29
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.090.600,61	-1.759.448,29
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.028.700,61	-1.722.460,16
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-61.900,00	-36.988,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.643.131,86	1.547.404,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 27/03/2018 PAGINA 3

SUBTITULO 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.938.462,02	391.057,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	295.330,16	1.938.462,02



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.634.283,85	13.373.939,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	38.560,06	27.036,31
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	38.560,06	27.036,31
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	355,07
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	355,07
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	10.297.679,38	13.292.436,10
Transferências Intragovernamentais	10.210.781,72	12.954.426,77
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	86.897,66	338.009,33
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.287.543,41	15.523,27
Reavaliação de Ativos	1.266.181,20	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	19.701,93	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.660,28	15.523,27
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10.501,00	38.588,94
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 27/03/2018	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	10.501,00	38.588,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.973.515,48	20.734.382,22
Pessoal e Encargos	21.392,42	19.352,40
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	21.392,42	19.352,40
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35.836,90	73.348,02
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35.836,90	73.348,02
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.610.802,89	10.910.700,06
Uso de Material de Consumo	641.197,84	807.206,57
Serviços	8.104.698,97	9.357.014,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	864.906,08	746.479,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13.981,82	19.064,21
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	769,39	4.773,02
Variações Monetárias e Cambiais	13.212,43	14.291,19
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.270.501,00	48.123,91
Transferências Intragovernamentais	1.270.501,00	39.897,54
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	8.226,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	9.631.097,46
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	9.592.977,49
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	38.119,97
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	21.000,45	32.696,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	250,00
Contribuições	21.000,45	32.446,16
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	660.768,37	-7.360.442,53

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Apêndice 11

ROL de Responsáveis

Item 11

Rol de Responsáveis

Função gerencial	Natureza	Tipo	Nome	CPF	Exercício
Diretor - Ordenador de Despesas	Dirigente máximo	Titular	Fernando Antonio Freitas Lins	344.228.547-04	01/01/2017 a 07/05/2017; 13/05/2015 a 27/11/2017; 29/11/2017 a 20/12/2017
		Substituto	Cláudio Luiz Schneider	499.460.139-90	08/05/2017 a 12/05/2017; 28/11/2017 e de 21/12/2017 a 31/12/2017.
Coordenador de Planejamento, gestão e inovação	Segundo nível de direção	Titular	Robson Araújo D'Ávila	057.670.347-88	01/01/2017 a 01/05/2017; 13/05/2017 a 14/05/2017; 22/05/2017 a 19/10/2017; 01/11/2017 a 31/12/2017
		Substituto	Thatyana Pimentel Rodrigo de Freitas	095.395.367-07	02/05/2017 a 12/05/2017; 15/05/2017 a 21/05/2017; 20/10/2017 a 31/10/2017.
Coordenador de Administração	Segundo nível de direção	Titular	Durval Costa Reis	663.669.337-15	01/01/2017 a 25/01/2017; 25/02/2017 a 31/12/2017
		Substituto	Dailza de Oliveira	775.831.167-91	26/01/2017 a 24/02/2017
Coordenador de Processamento e Tecnologias Minerais	Segundo nível de direção	Titular	Cláudio Luiz Schneider	499.460.139-91	01/01/2017 a 19/02/2017; 27/02/2017 a 30/07/2017; 23/08/2017 a 31/12/2017
		Substituto	Maria Alice Cabral de Góes	667.215.047-15	20/02/2017 a 26/02/2017
		Substituto	Marisa Bezerra de Bello Monte	854.186.337-91	31/07/2017 a 22/08/2017

Item 11

Rol de Responsáveis

Função gerencial	Natureza	Tipo	Nome	CPF	Exercício
Coordenador de Processos Metalúrgicos e Ambientais	Segundo nível de direção	Titular	Andrea Carmadella de Lima Rizzo	018.366.807-32	01/01/2017 a 17/01/2017; 04/02/2017 a 16/04/2017; 21/04/2017 a 09/07/2017; 20/07/2017 a 31/12/2017
		Substituto	SEM SUBSTITUTO	xxxxx	01/01/2017 - 17/07/2017
		Substituto	Maria Alice Cabral de Góes	667.215.047-15	17/07/2017 a 19/07/2017
Coordenador de Análises Mineraias	Segundo nível de direção	Titular	Arnaldo Alcover Neto	075.424.488-11	01/01/2017 a 08/01/2017; 20/01/2017 a 29/01/2017
		Titular	José Antônio Pires de Mello	403.250.327-34	30/01/2017 a 17/05/2017; 07/06/2017 a 31/12/2017
		Substituto	Manuel Castro Carneiro	511.694.367-49	09/01/2017 a 19/01/2017; 18/05/2017 a 06/06/2017
Coordenador de Rochas Ornamentais e Mineraias Industriais	Segundo nível de direção	Titular	Francisco Wilson Hollanda Vidal	245.748.997-00	01/01/2017 a 22/01/2017; 24/01/2017 a 01/03/2017; 16/03/2017 a 11/06/2017; 27/06/2017 a 31/12/2017
		Substituto	Nuria Fernandez Castro	011.814.206-28	23/01/2017; 02/03/2017 a 15/03/2017; e 12/06/2017 a 26/06/2017.

Item 11

Rol de Responsáveis

Função gerencial	Ato Normativo	Dados do Contato		
		Endereço	CEP	E-mail
Diretor - Ordenador de Despesas	Portaria MCTIC Nº. 336 de 22/04/2016, DOU Nº 77, de 25/04/2016, seção 2 - pág.7	RUA TONELEIRO 72 - AP 801 - COPACABANA - RIO DE JANEIRO/RJ	22030-002	fernando.lins@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº. 30, de 30/09/2016, DOU Nº 190, de 03/10/2016, seção 2 - pág. 5	RUA SANTA CLARA, 389 APTO. 802 COPACABANA - RIO DE JANEIRO/RJ	22041-010	claudio@cetem.gov.br
Coordenador de Planejamento, gestão e inovação	Portaria Nº. 6.151, de 28/12/2016, DOU Nº. 251, de 30/12/2016, seção 2 - pág.9	RUA VEREADOR FRANCISCO NUNES, apto 205 - Centro. Nilópolis/RJ	26540-040	rdavila@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº. 16, de 12/04/2017, DOU Nº. 73, de 17/04/2017, seção 2 - pág.5	Boulevard 28 de Setembro, 189/402. Vila Isabel, Rio de Janeiro/RJ	20551-030	tfreitas@cetem.gov.br
Coordenador de Administração	Portaria MCTIC Nº 1.420, de 31/12/2014, DOU Nº. 1-A, de 02/01/2015, seção 2 - pág.5	Rua Limites, 1691/201, Realengo. Rio de Janeiro/RJ	21931-582	dreis@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº 17, de 14/06/2016, DOU Nº 120, de 24/06/2016, seção 2 - pág.5	Estrada do Portela, 569/201 - Madureira - Rio de Janeiro/RJ	21351-050	doliveira@cetem.gov.br
Coordenador de Processamento e Tecnologias Minerais	Portaria MCTIC Nº. 323, de 12/05/2011, DOU Nº. 91, de 13/05/2011, seção 2 - pág. 6	RUA SANTA CLARA, 389 APTO. 802 COPACABANA - RIO DE JANEIRO/RJ	22041-011	claudio@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº. 31, de 14/07/2017, DOU Nº. 135, de 17/07/2017, seção 2 - pág.5	Rua Almirante Cochrane - APTO 502. Tijuca, Rio de Janeiro/RJ	20550-040	agoes@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº 32 de 14/07/2017, DOU Nº 135, de 17/07/2017, seção 2 - pág.5	Rua Belisário Távora, 80, ap 206 - Laranjeiras	22245-070	mmonte@cetem.gov.br

Item 11

Rol de Responsáveis

Função gerencial	Ato Normativo	Dados do Contato		
		Endereço	CEP	E-mail
Coordenador de Processos Metalúrgicos e Ambientais	Portaria MCTIC Nº 4.772, de 09/11/2016, DOU Nº 216, de 10/11/2016, seção 2 - pág.7	Rua Grajaú, 146/apto.301 - Grajaú - Rio de Janeiro – RJ	20561-142	arizzo@cetem.gov.br
		xxxxx	xxxxx	xxxxx
	Portaria CETEM Nº 31 de 14/07/2017, DOU Nº 135, de 17/07/2017, seção 2 - pág.5	Rua Almirante Cochrane - APTO 502. Tijuca, Rio de Janeiro/RJ		agoes@cetem.gov.br
Coordenador de Análises Minerais	Portaria MCTIC Nº. 690, de 28/10/2002, DOU Nº. 211, de 30/10/2002, seção 2 - pág.4	Rua Serra Dourada, casa 20 - Vargem Grande, Rio de Janeiro/RJ	22785-200	alcover@cetem.gov.br
	Portaria MCTIC Nº. 454, de 27/01/2017, DOU Nº. 21, de 30/01/2017, seção 2 - pág.6	Rua Gustavo Sampaio, 591, apto 601, Leme - Rio de Janeiro/RJ.	22010-010	jmello@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº. 8 de 23/02/2016, DOU Nº. 36, de 24/02/2016, seção 2 - pág.4	Estrada do Galeão, Nazare II casa 148 - Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ	21931-582	mcarneiro@cetem.gov.br
Coordenador de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais	Portaria MCTIC Nº. 556, de 19/06/2013, DOU Nº. 118, de 21/06/2013, seção 2 - pág.7	Av. Jones dos Santos Neves S/N BL A4 – AP505, Estelita Coelho Martins - Cachoeiro de Itapemirim/ES	29.301.662	fhollanda@cetem.gov.br
	Portaria CETEM Nº. 2 de 18/01/2017, DOU Nº. 14, de 19/01/2017, seção 2 -pág.8	Rua Maestro Francisco Braga, 6 – 203 Copacabana - Rio de Janeiro/RJ	22041-070	ncastro@cetem.gov.br

Apêndice 12

Relatório de Instância ou Área de Correição

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS JUDICIALMENTE

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM REVISÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM DECISÃO RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM AVOCÇÃO/REQUISIÇÃO PELA CGU

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM DECISÃO REVISÃO DO PROCESSO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Centro de Tecnologia Mineral	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

Apêndice 13

Declaração de Integridade

- 13.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal
- 13.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
- 13.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8730 de 1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas
- 13.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
- 13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
- 13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI

DECLARAÇÃO

Eu, **Alessandra Butler de Souza Donadio**, CPF nº074721677.03, **Assistente em C&T**, exercido no **Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/RJ** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro 23 de Março de 2018.

Alessandra Butler de Souza Donadio
Alessandra Butler de Souza Donadio

07472167703

Assistente em C&T

Alessandra Butler de Souza Donadio
Chefe de Serviço - FCPE 101.1
Serviço de Material, Patrimônio
e Infraestrutura - SEMP
PO nº 537/2016 - SIAPE: 2005518



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, desligamento e pensão relativos ao pessoal do CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL – CETEM estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como remetido Ofício a Controladoria Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, os atos não sujeitos a registros.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018

MARIA DE FATIMA BORGES DE MELLO

Chefe do Serviço de Gestão de Recursos Humanos

CETEM/COADMI/SEGRH



Documento assinado eletronicamente por Maria de Fatima Borges de Mello, Chefe de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, em 05/02/2018, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador 2630295 e o código CRC D8A43293.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que do total de 103 (cento e três) servidores e 3 anistiados pela Lei pela 8878/94 do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a este Serviço de Gestão de Recursos Humanos - SEGRH para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle, somente 50 (cinquenta) entregaram (disponíveis no SEGRH).

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018

Maria de Fatima Borges de Mello

Chefe do Serviço de Gestão de Recursos Humanos – SEGRH

CPF 66098360782

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM

COADMI/SEGRH



Documento assinado eletronicamente por Maria de Fatima Borges de Mello, Chefe de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, em 05/02/2018, às 15:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador 2630386 e o código CRC F9ABCFD9.

Modelo 1 - Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 18/03/2018.

Robson Araujo D'Avila

057.670.347-88

Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

Robson Araújo D'Ávila
Coordenador de Planejamento Gestão e Inovação - COPGI
PO nº 6.151/16 - SIAPE: 1579957
CETEM/MCTIC

Modelo 2 - Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 18/03/2018.

Robson Araujo D'Avila

057.670.347-88

Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

Robson Araújo D'Ávila
Coordenador de Planejamento Gestão e Inovação - COPGI
PO nº 6.151/16 - SIAPE: 1579957
CETEM/MCTIC

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A conformidade contábil desta UPC é registrada pela chefe do serviço de contabilidade desta unidade, após minuciosa análise das contas integrantes do balancete e seus reflexos nos demonstrativos gerados pelo SIAFI, na unidade gestora 240127. Esse procedimento inicia-se pela conformidade de registro de gestão, realizada pelo chefe de serviço de material, patrimônio e infraestrutura, quando ratifica a comprovação da existência de documentos legítimos que respaldem os lançamentos orçamentários, financeiros e patrimoniais executados naquele sistema. Essa rotina é realizada diariamente, já com uma análise prévia do serviço de contabilidade.

As ocorrências observadas e mantidas de janeiro ao final do exercício corrente referem-se ao não atendimento à orientação de órgão setorial/central:

(318) - Depreciação de bens móveis adquiridos antes de 2010.


(634) - Falta de reavaliação, redução a valor recuperável de bens móveis/imóveis/intangíveis/outras.

Ambas não sanadas em virtude da escassez e falta de capacitação de servidores. Foi editada a Ordem Interna nº 41, de 14/12/2017, constituindo comissão de inventário de bens móveis com fins de dar suporte ao atendimento a essas orientações.

(302) - Falta de apresentação, pelo serviço de material, patrimônio e infraestrutura, do Relatório de Movimentação de Bens em Estoque – RMA e do Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB.

(633, 674, 754 e 772) - Conforme instrução da macrofunção 02.03.17, as Notas Fiscais pendentes de atesto devem ser registradas na condição de “Em Liquidação”. Seis Notas Fiscais foram entregues ao serviço de contabilidade, em 05/01/2018, nessa condição. As Notas de Empenho correspondentes as mesmas já haviam sido indicadas e registradas, em 03/01/2018, na condição de “Restos a Pagar a Liquidar”. Como o sistema de contabilidade ainda estava aberto para lançamentos e como haveria apenas uma mudança de “status” entre os RP’s; acreditamos não haver problemas com a operação. Entendemos que não se pode utilizar essa condição de forma plena.

Rio de Janeiro, 18/03/2018.



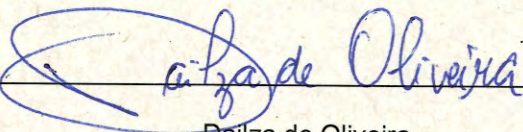
Dailza de Oliveira
CPF: 775.831.167-91
Chefe do Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL – CETEM

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL – CETEM			240127
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrições apontadas na Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	31/12/2017
Contador Responsável	Dailza de Oliveira	CRC nº	079946/O-7/RJ

Rio de Janeiro, 18/03/2018.


Dailza de Oliveira

CPF: 775.831.167-91

Chefe do Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças.

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL – CETEM

Apêndice 14

PLANILHA DE MONITORAMENTO **Sistema de Acompanhamento de Recomendações** **Monitor CGU**

Dados da Recomendação										
ID	Órgão	Unidade Gestora	Categorias	Primeira Data Limite para Atendimento	Data de Envio	Texto	Situação Atual	Data Limite para Atendimento	Data da Última Manifestação Gestor	Última Manifestação Gestor
87877	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Identificar as ações previstas no Plano de Melhoria da Gestão do CETEM 2012 que ainda não foram iniciadas e as que estão com ritmo lento de implementação, analisar os pontos críticos e traçar estratégia adequada para garantir que o Plano seja executado com êxito.	Monitorando	13/05/2018	07/04/2017	<p>Providências adotadas:</p> <p>a) Segue em anexo, o Plano de Melhoria da Gestão do CETEM – 2014, o qual registra o exercício de proposição de melhorias de gestão, realizado na fase de elaboração do RG/2014 formulado pelo CETEM, o qual levou em conta a análise do Relatório de Gestão feita pelo TCU e CGU, as Oportunidades de Melhoria - OM's levantadas no PMG de 2012 e as OM's levantadas na elaboração do Relatório de Autoavaliação 2014.</p> <p>b) De acordo com o Ofício nº 13346/2015/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 09/06/2015, a recomendação foi atendida parcialmente. Cabe ressaltar que o CETEM iniciou um novo Planejamento Estratégico no exercício 2015, vislumbrando a elaboração do PDU 2017-2021. No presente momento o CETEM finaliza as ações resultantes de seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2017-2021, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão de seu Regimento Interno - Finalização de seu PDU - Implementação da estrutura matricial - Revisão do Novo Modelo de Governança - Adoção dos 04 Desafios Estratégicos – “Água, Energia e Resíduos”; “Terras Raras”; “Rochas Ornamentais”; e “Agrominerais” - Criação do Escritório de Gestão de Projetos - Implementação do Plano de Negócios do CETEM.
86103	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Realizar anualmente o Inventário de bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade do CETEM.	Atendida	06/12/2015	08/04/2017	<p>Tendo em vista a complexidade da natureza do serviço a ser executado e devido a falta de especialistas no quadro de servidores do CETEM, nos anos de 2015 e 2016 a Administração contratou a empresa Lautec Engenharia & Consultoria para a execução do serviço de determinação dos valores das edificações, benfeitorias e instalações da sede do CETEM no Rio de Janeiro e para o seu Núcleo Regional no Espírito Santo, de acordo com a NBR14653 (ARTs nºs OL00407971 e OL00421920). O serviço constituiu no levantamento das áreas por metro quadrado, pavimentos, idade aparente, estado de conservação, padrão construtivo, tipo de estrutura, paredes, revestimento externo e interno, esquadrias, pisos, forros e cobertura, além de um levantamento fotográfico de cada área, tanto das edificações da sede do CETEM no Rio de Janeiro, quanto do seu Núcleo Regional em Cachoeiro de Itapemirim/ES, conforme laudos em anexo.</p> <p>Atualmente os imóveis encontram-se registrados e seus valores atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (arquivos do SPIUnet em anexo), conforme a seguir:</p> <p>Município: 5623 – Cachoeiro de Itapemirim/ES – RIP 5623.00043.500-1 Terreno = R\$ 1.955.000,00 (Doado pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim – Lei nº 5950/2007) Benfeitoria = R\$ 3.320.000,00 Município: 6001 – Rio de Janeiro/RJ – RIP 6001.02788.500-4 Terreno = R\$ 2,48 (UFRJ) Benfeitoria = R\$ 24.285.818,80</p> <p>O CETEM não possuía em seu quadro servidores capacitados para a execução da recomendação em tempo hábil, porém com a documentação gerada a partir da execução do serviço de determinação dos valores das edificações, benfeitorias e instalações da sede do CETEM no Rio de Janeiro e de seu Núcleo Regional no Espírito Santo, de acordo com a NBR14653, a produção do “as built” das plantas arquitetônicas, os registros fotográficos e o levantamento documental parcial, foi possível a constituição de uma Comissão Inventariante, de modo a atender a recomendação da CGU e a Lei nº 4.320/64 ainda no primeiro semestre de 2017.</p> <p>Através da Portaria nº 14, de 04/04/2017, foi constituída a Comissão especial com a atribuição de inventariar e cadastrar os bens imóveis do CETEM.</p>
86807	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Realizar o levantamento das necessidades anuais de aquisições e contratações do CETEM, visando à elaboração do planejamento correspondente.	Atendida	06/12/2015	25/02/2015	<p>O PPP versão 2015 apresenta a seguinte informação:</p> <p>"A administração do CETEM passou a realizar consultas constantes as coordenações finalísticas, com o intuito de identificar as necessidades de contratações e aquisições de bens e serviços, possibilitando a elaboração de um planejamento anual de compras. Uma agenda de licitações foi elaborada e está em execução do exercício de 2014."</p>
86809	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Submeter os procedimentos de dispensa de licitação fundamentados no inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/93 ao exame da Advocacia Geral da União.	Atendida	06/12/2015	25/02/2015	<p>A versão 2015 do PPP apresentou a seguinte manifestação:</p> <p>"O procedimento de submissão à CJU-RJ de contratações por dispensa de licitação fundamentados no inciso IV do artigo 24 da lei n.º 8.666/1993 começou a ser adotado pela Administração do CETEM, porém, o cumprimento desta recomendação será totalmente atendido em 2015."</p>

Dados Atuais							Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência
ID	Data do Último Posicionamento CGU	Tipo Último Posicionamento CGU	Motivação Último Posicionamento CGU	Último Posicionamento CGU	Pendência	Data de Atendimento	
87877	14/11/2017	Prorrogação de prazo de atendimento	Outros	Entendemos que somente após a conclusão do PDU 2017-2021 do CETEM é que será possível reavaliar a situação desta recomendação quanto ao seu atendimento ou não.	Para providências do Gestor		Monitorando
86103	14/11/2017	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Analisando-se a manifestação do gestor, considera-se a recomendação como atendida.		03/08/2017	Atendida
86807	14/11/2017	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Analisando-se o arquivo em anexo (manifestação do gestor), verifica-se que houve redução nas quantidades de dispensas e inexigibilidades, entre os exercícios de 2010 e 2016, e que os levantamentos das necessidades de aquisição do CETEM para 2017 foram apresentados. Sendo assim, considera-se que a recomendação foi atendida.		03/08/2017	Atendida
86809	14/11/2017	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Analisando-se os arquivos em anexo: manifestação do gestor e confirmação de envio do processo para o exame da Advocacia Geral da União, considera-se a recomendação como atendida.		03/08/2017	Atendida

Dados da Recomendação										
ID	Órgão	Unidade Gestora	Categorias	Primeira Data Limite para Atendimento	Data de Envio	Texto	Situação Atual	Data Limite para Atendimento	Data da Última Manifestação Gestor	Última Manifestação Gestor
87873	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Planejar e realizar processos licitatórios para contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, serviços especializados de apoio à infraestrutura administrativa e serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva armada.	Atendida	06/12/2015	25/02/2015	A versão 2015 do PPP apresentou a seguinte manifestação: "O CETEM após o recebimento do Relatório de Auditoria providenciou a abertura de processos administrativos visando eliminar as contratações emergenciais. No decorrer de 2014 a Administração do CETEM procurou atender as recomendações da CGU e do TCU quanto ao planejamento das licitações e envio dos processos para análise jurídica, o que culminou na realização de três pregões eletrônicos e cinco contratos, conforme abaixo: Contrato nº 013/2014 (pregão eletrônico nº 003/2014) - referente à contratação de serviços de vigilância armada para a sede do CETEM no Rio de Janeiro; Contrato nº 014/2014 (pregão eletrônico nº 003/2014) - referente à contratação de serviços de vigilância armada para o Núcleo Regional do CETEM no Espírito Santo; Contrato nº 015/2014 (pregão eletrônico nº 011/2014) - referente à contratação de serviços especializados de comunicação social; Contrato nº 019/2014 (pregão eletrônico nº 005/2014) - referente à contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional a gestão administrativa da Sede do CETEM no Rio de Janeiro; Contrato nº 020/2014 (pregão eletrônico nº 005/2014) - referente à contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional a gestão administrativa do Núcleo Regional do CETEM no Espírito Santo. Quanto aos serviços de limpeza e conservação, enfrentamos problemas para a elaboração do Projeto Básico em relação à legislação vigente, tendo em vista a falta de informações técnicas relativas às edificações do CETEM, principalmente as relacionadas as fachadas envidraçadas que compõem todo o edifício sede, ou seja, faltou elementos necessários à definição das metragens para a adoção dos índices de produtividade por servente, o que será sanado com a contratação por tempo determinado de um especialista na área de arquitetura, ao qual caberá a produção do 'as built' das edificações, de modo que possamos estabelecer uma estimativa do custo por metro quadrado dos serviços a serem executados."
87876	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Elaborar Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura do CETEM, prevendo recursos para sua manutenção e melhoramentos, incluindo, entre outros serviços, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas e hidráulicas.	Atendida	06/12/2015	07/04/2017	Segue em anexo, o Plano de Manutenção Preventiva das Edificações do CETEM – 2017, o qual somente será executado na sua totalidade, caso haja orçamento disponível, pois até a presente data, o CETEM recebeu apenas 4/18 avos de seu orçamento.
86100	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Elaborar uma Metodologia de Desenvolvimento e Produção de Sistemas que busque garantir que as etapas do desenvolvimento de sistemas sejam executadas de forma sistemática e documentadas.	Atendida	17/02/2015	25/02/2015	A versão 2015 do PPP apresentou a seguinte manifestação: "O Serviço de Informação - SEIN/CETEM elaborou a metodologia de desenvolvimento e produção de sistemas, conforme Anexo VI."
86107	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Estabelecer a obrigatoriedade de submissão dos procedimentos de contratação direta à análise jurídica.	Atendida	17/02/2015	25/02/2015	O PPP versão 2015 apresenta a seguinte informação: "Conforme pode ser observado no Anexo IV, a Administração do CETEM enviou todos os procedimentos administrativos de inexigibilidade para a CJU-RJ, exceto as contratações fundadas no Art. 25 da Lei 8.666, de 1993, conforme orientação da própria CJU-RJ, exarada através do Ofício Circular n.º 002/2014 - CJU-RJ/CGU/AGU, emitido em 28 de março de 2014."

Dados Atuais							Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência
ID	Data do Último Posicionamento CGU	Tipo Último Posicionamento CGU	Motivação Último Posicionamento CGU	Último Posicionamento CGU	Pendência	Data de Atendimento	
87873	14/11/2017	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Considera-se que a recomendação foi atendida. A necessidade de contratação emergencial para aos serviços de limpeza, conservação e jardinagem, em 2017, deveu-se aos problemas com o fluxo financeiro-orçamentário em 2016, que prejudicaram o planejamento administrativo da UPC, e de dificuldades na elaboração do projeto básico.		03/08/2017	Atendida
87876	14/11/2017	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Consideramos a recomendação como atendida. Ressaltamos as dificuldades enfrentadas pela UPC na execução do plano de manutenção apresentado devido aos problemas no fluxo orçamentário-financeiro enfrentados pelo CETEM no exercício de 2017.		03/08/2017	Atendida
86100	09/06/2015	Atendimento	O gestor encaminhou providências que indicam o atendimento da recomendação e não é possível avaliar a implementação da recomendação	Para fins de melhor avaliar o atendimento da recomendação, solicitamos ao gestor, por e-mail de 08/06/2015, disponibilizar a documentação relacionada a um processo que tenha sido implementado com base da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas apresentada no anexo VI. Em resposta, o gestor informou o que segue: "Apesar da metodologia ter sido criada, até o presente momento, não houve demanda para desenvolvimento de software para este CETEM." Tendo em vista que a recomendação expedida foi para elaborar a metodologia, o documento apresentado no anexo VI comprova seu atendimento. Não consideramos viável a manutenção da recomendação para avaliar a implementação da metodologia, uma vez que se trata de unidade pequena, que ainda não apresentou demanda para desenvolvimento de software. Fica a cargo do gestor acompanhar a correta implementação da metodologia quando for o caso.		25/02/2015	Atendida
86107	09/06/2015	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Em anexo, o gestor apresentou relatório das contratações e aquisições por inexigibilidade e dispensa de licitação, no período de 02/01/2014 a 05/12/2014. Tal relatório indica o nº do parecer jurídico da AGU referente às aquisições e contratações com valores acima de R\$ 8.000,00. Diante disso, verificamos que o gestor incorporou às rotinas administrativas a submissão dos procedimentos à análise jurídica. Consideramos a recomendação atendida.		25/02/2015	Atendida

Dados da Recomendação										
ID	Órgão	Unidade Gestora	Categorias	Primeira Data Limite para Atendimento	Data de Envio	Texto	Situação Atual	Data Limite para Atendimento	Data da Última Manifestação Gestor	Última Manifestação Gestor
86808	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Definir rotinas e procedimentos de controle interno na área de licitações e compras, com o objetivo de assegurar a seleção da modalidade de licitação correta para cada aquisição e contratação realizada.	Atendida	17/02/2015	25/02/2015	O PPP versão 2015 informou a seguinte providência: "O procedimento de formalização de rotinas e procedimentos de controle interno começaram a ser adotados ainda no exercício de 2013 e foi desenvolvido um Plano de Compras e Contratação de Serviços que servirá como norteador no planejamento das áreas finalísticas e da própria Administração. Anexo V."
86099	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Acompanhar os trabalhos da recém-criada Comissão da Tecnologia da Informação (CTIC) quanto ao estabelecimento de prazos e metas de modo a que o CETEM institua uma Política de Segurança da Informação e Comunicações ainda em 2013 e atualizada com uma adequada periodicidade.	Atendida	31/03/2014	03/10/2013	O CETEM implantará a POSIC até o final de 2013, ressaltando que a primeira versão da mesma já está em análise pela Comissão de TIC. Em seguida será criado o Comitê Gestor de Segurança da Informação.
86106	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Criar norma interna que estabeleça atribuições dos agentes responsáveis pelo registro dos atos de pessoal, definindo priorização e periodicidade das atividades.	Atendida	31/03/2014	03/10/2013	A norma interna que estabeleça atribuições dos agentes responsáveis pelo registro dos atos de pessoal, definindo priorização e periodicidade das atividades já foi redigida pelo Serviço de Recursos Humanos - SERH e encontra-se em fase de revisão processual.
87874	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Estabelecer rotinas que possibilitem a inserção de critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços.	Atendida	31/03/2014	03/10/2013	A administração do Centro, desde o final dos trabalhos de auditoria, passou a inserir critérios de sustentabilidade em seus processos licitatórios.
87875	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Promover a capacitação dos membros da área de licitação atinente aos critérios de compras sustentáveis.	Atendida	31/03/2014	03/10/2013	O CETEM promoverá a capacitação dos membros da área de licitação atinente aos critérios de compras sustentáveis. Informamos que todos os servidores que atuam na área de licitações já estão instruídos a seguirem o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Núcleo de Assessoramento Jurídico em São Paulo.

Dados Atuais							Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência
ID	Data do Último Posicionamento CGU	Tipo Último Posicionamento CGU	Motivação Último Posicionamento CGU	Último Posicionamento CGU	Pendência	Data de Atendimento	
86808	09/06/2015	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	O Anexo V apresenta o documento intitulado "Plano Anual de Compras e Contratação de Serviços", cujo objetivo é definir parâmetros para solicitação de compras de materiais e contratação de serviços, abrangendo desde a elaboração do pedido até seu recebimento. Consideramos bastante positiva a elaboração do referido documento, muito embora sua aplicação não tenha sido testada. Tendo em vista o teor da recomendação, consideramos a mesma atendida.		25/02/2015	Atendida
86099	21/08/2014	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Verificamos que a Ordem Interna nº 54, de 19/12/2013, instituiu a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do CETEM. Consideramos a recomendação atendida.		12/08/2014	Atendida
86106	21/08/2014	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	O anexo IV apresentou check list e procedimentos operacionais padronizados (POPs) para os atos de aposentadoria, pensão, admissão e exoneração. Além disso, apresentou o Manual de SISAC elaborado pelo CETEM. Destacamos, ainda, a informação apresentada pelo gestor referente à atualização dos registros dos atos de pessoal no SISAC. Diante dos documentos e informações apresentados, consideramos atendida a recomendação.		12/08/2014	Atendida
87874	21/08/2014	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Em consulta ao sítio eletrônico da UJ realizada em 12/08/2014, identificamos sete pregões eletrônicos publicados em 2014, sendo um revogado por conveniência administrativa e dois encerrados pela inexistência de propostas, caracterizando licitação deserta. Os objetos das licitações mencionadas são contratação de empresa para fornecimento de combustíveis automotivos, contratação de empresa para a execução de serviços de vigilância e segurança patrimonial, contratação de serviços especializados de comunicação social e contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa. Para fins de atestar o atendimento da recomendação, verificamos os editais dos pregões. O Termo de Referência (anexo I de todos os editais) apresenta as disposições de sustentabilidade ambiental, elencando as providências e práticas atinentes que devem ser adotadas pela contratada, dentre as quais destacamos as seguintes: - usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; - adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados no Órgão, na fonte geradora, e providenciar a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; - prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias		12/08/2014	Atendida
87875	21/08/2014	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	De acordo com as informações apresentadas, consideramos a recomendação atendida.		12/08/2014	Atendida

Dados da Recomendação										
ID	Órgão	Unidade Gestora	Categorias	Primeira Data Limite para Atendimento	Data de Envio	Texto	Situação Atual	Data Limite para Atendimento	Data da Última Manifestação Gestor	Última Manifestação Gestor
86104	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Elaborar estudo que fundamente a composição do quantitativo ideal de servidores do CETEM.	Atendida	17/02/2015	25/02/2015	O gestor encaminhou o PPP versão 2015 com a seguinte informação: "Em 29/09/2014, o CETEM enviou o ofício nº 145/DIR a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP informando sobre as necessidades de reposição e adequação do quadro funcional do CETEM. Cabe ressaltar que o estudo recomendado foi apresentado no Ofício em questão. Anexo II."
86105	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Solicitar vagas, por meio de concurso público, com base no estudo realizado para dimensionar o quantitativo ideal de servidores.	Atendida	17/02/2015	25/02/2015	O gestor informou o que segue no PPP versão 2015: "Além do Ofício citado na recomendação anterior, também foi enviado em 02/10/2014 o Ofício nº 151/DIR a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, solicitando o encaminhamento do pleito ao MPOG no sentido de autorização para nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, na ocasião, ainda vigente. Anexo III."
86098	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Avaliar a possibilidade de, nas reuniões semestrais de acompanhamento, discutir o conjunto de indicadores estabelecidos para o CETEM, abordando, principalmente, aspectos de completude e utilidade para uma melhor adequabilidade às necessidades da unidade.	Atendida	31/12/2013	03/10/2013	O CETEM entende que a recomendação não se aplica, uma vez que o modelo de indicadores adotado pelo MCTI é peculiar a todos os seus Centros de Pesquisa. Porém, na reunião de avaliação semestral do TCG 2013 realizada em julho do corrente exercício com gestores do MCTI comunicamos a recomendação apresentada no relatório.
86101	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Estabelecer rotinas que verifiquem o cumprimento de todas as etapas e documentação necessária à aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação.	Atendida	31/12/2013	03/10/2013	Os procedimentos e processos definidos pela IN04 e seus anexos já foram adotados e estão em uso pela instituição, seja pelo setor de Compras ou pelo SEIN (Serviço de Informação). Foi publicada uma ordem interna formalizando a necessidade de aprovação pelo SEIN de todos os processos de aquisição de produtos e serviços de TI.
86806	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Capacitar o setor de aquisições e contratações do CETEM no que se refere ao exame da legislação específica de forma a contribuir para a melhoria da gestão.	Atendida	31/12/2013	03/10/2013	A administração do Centro promoveu a capacitação de todos os novos servidores do setor de aquisições e contratações.
86102	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Centro de Tecnologia Mineral	Outras recomendações em geral.	16/04/2014	02/10/2013	Atualizar a avaliação do Imóvel de Uso Especial da União sob a responsabilidade do CETEM de acordo com o Manual do SPIUnet, bem como implementar rotinas para avaliação dos imóveis.	Atendida	31/03/2014	03/10/2013	O CETEM, por meio de sua administração, solicitará a SPU/RJ, as informações necessárias para a regularização e atualização da avaliação de seu imóvel, bem como procedimentos acerca de seu inventário.

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Recomendações - Monitor CGU

Link: <https://app.cgu.gov.br/monitor/pages/funcionalidades/recomendacao/resultadoDetalhadoPesquisa.xhtml?windowId=fd0&grupo=240127+-+Centro+de+Tecnologia+Mineral>

Acesso em 21/03/2017

Dados Atuais							Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência
ID	Data do Último Posicionamento CGU	Tipo Último Posicionamento CGU	Motivação Último Posicionamento CGU	Último Posicionamento CGU	Pendência	Data de Atendimento	
86104	09/06/2015	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	O ofício apresentado em anexo, de 29/09/2014, assinado pelo Diretor, informa a atual força de trabalho da UJ e quantifica a necessidade de ampliação, com a motivação correspondente. Com base nas informações apresentadas, consideramos a recomendação atendida.		29/09/2014	Atendida
86105	09/06/2015	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	Com base nos Ofícios encaminhados pelo CETEM à SCUP (Ofício n.º 145/DIR, de 29/09/2014, e n.º 151/DIR, de 02/10/2014), consideramos a recomendação atendida.		29/09/2014	Atendida
86098	03/10/2013	Atendimento	Outros	De acordo com as informações apresentadas, a recomendação foi atendida, na medida em que o CETEM comunicou ao MCTI os apontamentos da CGU.		03/10/2013	Atendida
86101	03/10/2013	Atendimento	Outros	O gestor informou que foi publicada uma ordem interna formalizando a necessidade de aprovação pelo SEIN de todos os processos de aquisição de produtos e serviços de TI.		03/10/2013	Atendida
86806	03/10/2013	Atendimento	Outros	De acordo com a informação apresentada, consideramos a recomendação atendida.		03/10/2013	Atendida
86102	21/08/2014	Atendimento	Evidências encaminhadas pelo gestor federal ou obtidas pela própria CGU que comprovem o atendimento da recomendação	O Relatório n.º CGU/Regional-RJ n.º 201306032 registrou que o CETEM apresenta um único imóvel da União sob sua responsabilidade, identificado com o RIP 6001.02788.500-4, que se encontrava registrado no SPIUNet pelo valor histórico de R\$ 14.997.269,66 (quatorze milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), e que não havia sido realizada a atualização do valor do imóvel no SPIUNet. Em consulta ao sistema Macros, verificamos que o valor do imóvel foi atualizado em 27/12/2013, constando o valor de R\$ 33.878.798,77 (trinta e três milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos). A validade da referida avaliação é de 2 anos. Consideramos a recomendação atendida.		27/12/2013	Atendida